



ZONA FRANCA DEVE ASSUMIR
PROTAGONISMO NA INDÚSTRIA DE DEFESA

Projeto de desenvolvimento regional completa 59 anos e ganha reforço para estruturar base tecnológica com a chegada do Instituto Militar de Engenharia

Zona Franca de Manaus



A sustentabilidade tem raiz amazônica.

Há 59 anos, a Zona Franca de Manaus promove desenvolvimento socioeconômico e sustentável, com um modelo único no mundo. São 120 mil empregos diretos e 500 mil indiretos, mais de 500 fábricas no Distrito Industrial gerando bilhões de reais em arrecadação de impostos e contribuindo para preservar a Floresta Amazônica.

A Prefeitura de Manaus tem atuado de forma estratégica para ampliar e qualificar o ambiente de negócios na capital, com estruturação de políticas voltadas à empregabilidade, à inovação, ao estímulo às startups, à economia criativa e à formação de talentos, promovendo conexão entre poder público, setor produtivo, universidades e centros de pesquisa.

E também toma um passo decisivo para diversificar a matriz econômica, fortalecer a nova economia e criar atrativos para novos investimentos: a implantação do Parque Tecnológico – Distrito de Inovação do Largo de São Vicente.

A partir deste ano, o Centro Histórico se tornará um polo estruturado de inovação, integrando infraestrutura moderna no estímulo ao empreendedorismo e à valorização do patrimônio histórico.

Isso é resultado de um trabalho que busca soluções tecnológicas que contribuem com a preservação da floresta e potencializam os resultados da Zona Franca de Manaus. Aqui, inovação, progresso e sustentabilidade andam lado a lado.

Parabéns, Suframa!



SUFRAMA



Prefeitura de

Manaus

O trabalho não para



an
SUFRA

Parabéns, Suframa! O Grupo
parceria com este modelo
cargas, integrando a logística
fortalecem o Comércio e o P



os
SUFRAMA

o Chibatão se orgulha da
de sucesso, movimentando
e conectando caminhos que
lo Industrial do Amazonas.

28 de Fevereiro
Aniversário da SUFRAMA



SUMÁRIO

ANO XVI | EDIÇÃO 191 | FEVEREIRO DE 2026



16

CAPA

A formação de um novo polo



LINHA DE PRODUÇÃO

ZFM chega aos 59 anos conectada à agenda econômica e tecnológica da Amazônia

22



36

MINAS E ENERGIA

Royalties do petróleo: o que Maricá e Macaé ensinam ao Amapá



26

REFORMA TRIBUTÁRIA

Zona Franca virou o espaço mais atrativo para investimento industrial no Brasil



46

ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO

15 anos que transformaram o Polo Industrial de Manaus

SEÇÕES

EDITORIAL.....	8
CIRCUITO.....	10
ARTIGOS.....	56 / 62



58

ENERGIA

Roraima entra de vez na lógica tarifária nacional — e sente o impacto

TELESSAÚDE

com clínico geral 24h e
18 especialidades médicas



**A SAÚDE NO AMAZONAS EVOLUIU
E AGORA ESTÁ MUITO MAIS PERTO DE VOCÊ.**

No aplicativo Saúde AM Digital, tem Teleconsulta com clínico geral 24 horas e com 18 especialidades médicas, sem precisar agendar e sem sair de casa.



**BAIXE O APP
SAÚDE AM DIGITAL**





Ano XVI | Edição 191 | Fevereiro de 2026
Manaus / Amazonas / Brasil

WWW.PIMAMAZONIA.COM.BR

POLÍTICA, INDÚSTRIA & MEIO AMBIENTE

DIRETOR EXECUTIVO
Juarez Balduino C. Filho

DIRETOR DE REDAÇÃO
Jhemisson Marinho

DIAGRAMAÇÃO
Suellen Fonseca

REPORTAGEM
Cristiane Barbosa, Francisco Gomes, Kamily Pequeno

ESTAGIÁRIO
Amanda Gabriele (Jornalismo)

ASSISTENTE DE REDAÇÃO
Paula Moreira

FOTOGRAFIA
Banco de Imagens, Divulgação

FALE COM A REDAÇÃO:
REDACAO@PIMAMAZONIA.COM.BR
TEL: 92 98182-0518

PUBLICIDADE E PROJETOS ESPECIAIS
COMERCIAL@PIMAMAZONIA.COM.BR
MANAUS/AM TEL: 92 98182.0032

ASSINATURAS E EDIÇÕES ANTERIORES
92 98182.0518
ASSINATURA@PIMAMAZONIA.COM.BR

As opiniões contidas nos artigos assinados
não correspondem necessariamente ao
posicionamento da PIM AMAZÔNIA.

 **BALPONTE**

A Revista PIM Amazônia (ISSN 2359-3369) é uma publicação
mensal da Editora Balponte - CNPJ: 03.855.866/0001-72


ANER
www.aner.org.br

A Balponte é membro da Associação Nacional
de Editores de Revista

EDITORIAL

Há momentos em que a economia da Amazônia deixa de ser apenas tema regional e passa a funcionar como lente para entender o Brasil. Esta edição nasce dessa sensação: a de que a região está entrando em uma nova fase, na qual o futuro será decidido menos pelo improvável e mais pela capacidade de organizar tecnologia, energia, logística e regras tributárias em um mesmo projeto de desenvolvimento. Na capa, acompanhamos a implantação, em Manaus, do Instituto de Pesquisas do Exército na Amazônia (Ipeam), extensão do Instituto Militar de Engenharia (IME). Mais do que a chegada de uma instituição de prestígio, o movimento indica que a agenda de defesa começa a ganhar densidade — com formação, pesquisa e inovação perto de um parque industrial que já tem escala e vocação tecnológica. É uma mudança silenciosa, mas estratégica: quando a base acadêmica se aproxima do chão de fábrica, não se trata só de cursos; trata-se de um ecossistema que pode redefinir cadeias produtivas e qualificação profissional na região. Na sequência, voltamos o olhar para dentro das fábricas. Quinze anos do Polo Industrial de Manaus, em números e em transformação, mostram que a história recente do PIM não é apenas de crescimento: é de reorganização. Produtos mudam, processos mudam, a mão de obra muda. A indústria que permanece é a que aprende a produzir valor — e não só volume — em ciclos cada vez mais curtos de tecnologia e consumo. Esse novo ciclo, porém, não existe fora das regras do jogo. Por isso, esta edição também mergulha na reforma tributária e no que ela representa para a Zona Franca: no papel, uma blindagem que transforma a região em diferencial competitivo quando o Brasil caminha para um sistema padronizado. Na prática, o desafio passa a ser a regulamentação: o texto preserva o modelo, mas a execução é o campo em que a vantagem pode ser confirmada — ou erodida. A Amazônia do “futuro” também será decidida pela infraestrutura — e pelos conflitos que ela provoca. O debate sobre a hidrovia do Madeira revela que logística não é um assunto neutro: ela define custos, competitividade e, sobretudo, quem ganha e quem perde quando um corredor econômico é redesenhado. Na mesma edição, a exploração na Foz do Amazonas aparece como outro tipo de encruzilhada: royalties antes do petróleo, expectativa antes da produção, e um debate que exige maturidade institucional para que riqueza potencial não vire dependência fiscal. E, fechando esse mosaico, olhamos para Roraima: a integração ao Sistema Interligado Nacional já não é novidade, mas seus efeitos agora se tornam palpáveis no bolso. Ao entrar “de vez” na lógica tarifária nacional, o estado ganha previsibilidade e segurança energética — e paga o preço de uma transição que expõe custos, subsídios e desigualdades regionais. O que une todas essas reportagens é a mesma pergunta, ainda que por caminhos diferentes: que modelo econômico a Amazônia está construindo quando tecnologia, energia, tributação e infraestrutura deixam de ser temas separados e passam a se cruzar? É nesse cruzamento que esta edição se posiciona.

Boa leitura



Acesse aqui a
edição online



INDÚSTRIA FORTE. ZONA FRANCA FORTE. AMAZÔNIA DESENVOLVIDA.

Ao longo de quase seis décadas, a Zona Franca de Manaus consolidou-se como um dos pilares da indústria eletroeletrônica brasileira, conectando tecnologia, inovação e oportunidades a milhões de brasileiros.

É no Polo Industrial de Manaus que são fabricados televisores, aparelhos de ar-condicionado, micro-ondas, lavadoras, monitores, celulares, computadores e tantos outros produtos presentes no dia a dia dos brasileiros. Uma indústria que traduz a força produtiva da região e reafirma a importância estratégica da Zona Franca para o desenvolvimento industrial do país.

A Eletros e suas associadas reafirmam seu compromisso com o fortalecimento da Zona Franca de Manaus e com a valorização desse modelo de desenvolvimento regional estratégico para o Brasil.

***Parabéns à Zona Franca de Manaus
e à SUFRAMA pelos seus 59 anos!***

*Eletros
Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos*



Refinaria da Amazônia avança em processo de enquadramento no PPB da Zona Franca

A Refinaria da Amazônia (Ream) apresentou, em janeiro, suas etapas produtivas à Suframa, procedimento necessário para o avanço do enquadramento da atividade de refino de petróleo no Processo Produtivo Básico (PPB) da Zona Franca de Manaus (ZFM).

O PPB define o conjunto mínimo de operações que devem ser realizadas localmente para garantir o enquadramento da produção nas regras da ZFM e o acesso aos incentivos fiscais. A Autarquia conheceu, durante visita, o fluxo produtivo da refinaria, que inclui o processamento de petróleo bruto e a fabricação de derivados como gasolina, diesel, nafta, querosene de aviação e óleos combustíveis.

A unidade tem capacidade para processar 7,3 milhões de litros de petróleo por dia, o equivalente a 46 mil barris diários, volume que reforça a importância do enquadramento para a cadeia industrial regional. Segundo a direção da empresa, a formalização do PPB permitirá o reconhecimento das etapas produtivas realizadas localmente, ampliar a integração com a cadeia produtiva da região e garantir maior segurança jurídica às operações.

Exportações de Roraima despencam no fim de 2025, aponta Federação das Indústrias

As exportações de Roraima somaram US\$ 15,6 milhões em dezembro de 2025, queda de 55% em relação a novembro e de quase 75% na comparação com dezembro de 2024, retração observada desde 2023. A redução está associada à diminuição dos embarques de soja e às dificuldades econômicas e comerciais da Venezuela, principal destino das vendas do estado.

A pauta permanece concentrada em produtos básicos do agronegócio, como farelo de soja, grãos, alimentos à base de farinha e açúcares. Venezuela e Guiana responderam por quase 70% das exportações no mês, evidenciando a forte dependência de poucos mercados.

No acumulado de 2025, o estado exportou US\$ 240,6 milhões, queda de 23% em relação ao ano anterior. Entre os fatores que contribuíram para a queda estão a volatilidade do cenário internacional e o processamento local de soja para abastecimento do mercado interno, o que reduziu o volume destinado ao exterior.



Ibama multa Petrobras em R\$ 2,5 milhões por descarte de fluido de perfuração na Foz do Amazonas

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aplicou multa de R\$ 2,5 milhões à Petrobras pelo descarte de 18,44 metros cúbicos de fluido de perfuração na Bacia da Foz do Amazonas. O incidente ocorreu em 4 de janeiro de 2026, no navio-sonda NS-42, a cerca de 175 quilômetros do litoral do Amapá.

Segundo avaliação técnica, o material é uma mistura oleosa usada na exploração de petróleo e gás, classificada como de impacto potencial moderado para a vida marinha e a saúde humana, conforme legislação e instrução normativa. A apuração foi conduzida pelo Centro Nacional de Emergências Ambientais e Climáticas.

81ª reunião do Capda aprova credenciamentos e destaca R\$ 1,6 bilhão em investimentos

A 81ª Reunião Ordinária do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (Capda), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), aprovou dez novos credenciamentos de instituições e unidades habilitadas a executar atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) na região.

As aprovações incluem os campi Oiapoque (Ifap), Cacoal e Colorado do Oeste (IFRO), além de instituições sediadas em Manaus, como Instituto Encontro das Águas, Instituto Rio Negro, Instituto de Inovação e Desenvolvimento Sustentável, Instituto 2D de Inovação e Tecnologia da Amazônia e a Escola Superior da Magistratura do Amazonas (TJAM).

Compressores, urnas eletrônicas, medidores de energia e motores rabetas entram em produção

Puxado pelas atividades do Polo Industrial de Manaus (PIM), o Polo Industrial de Manaus receberá quatro novos projetos de fabricação que vão diversificar e modernizar a produção local. A Tecumseh instalará, até 2027, uma fábrica de compressores, com investimento de R\$ 56 milhões e capacidade de até 1 milhão de unidades por ano, gerando cerca de 200 empregos. Enquanto isso, a Diebold Procomp vai produzir 390 mil urnas eletrônicas em três anos, com aporte de R\$ 208 milhões e mais de 100 empregos.

No setor de medidores, a Eletra Energy planeja fabricar 4,1 milhões de medidores de energia elétrica e 50 mil hidrômetros digitais, investindo R\$ 181,9 milhões e criando 120 empregos. Já a Livoltek Power Brasil entrará com motores rabetas elétricos para embarcações, com investimento de R\$ 19 milhões e produção de 11 mil unidades.

Os projetos foram aprovados na 318ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam).



Tecumseh confirma fábrica no Polo Industrial de Manaus e geração de cerca de 200 empregos

A estadunidense Tecumseh deu um passo concreto para instalar uma nova fábrica no Polo Industrial de Manaus (PIM). A empresa protocolou, em janeiro, o projeto industrial da unidade junto à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Amazonas (Sedecti), com previsão de investimento de R\$ 56 milhões e geração de aproximadamente 200 empregos (entre diretos e indiretos) nos próximos três anos. O anúncio já havia sido feito em março do ano passado.

Quando estiver em plena operação, a planta especializada na produção de compressores terá capacidade para produzir até 1 milhão do produto por ano, componente essencial na fabricação de aparelhos de ar-condicionado.

Empresa vai investir R\$ 208 milhões para produzir urnas eletrônicas em Manaus

A Diebold Procomp vai investir R\$ 208 milhões para fabricar urnas eletrônicas no Polo Industrial de Manaus (PIM), com produção prevista de 390 mil unidades em três anos e geração de mais de 100 empregos. O projeto de diversificação industrial está na pauta da 318ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam), marcada para esta terça-feira (10/02).

A empresa prevê fabricar 120 mil urnas eletrônicas no primeiro ano, 130 mil no segundo e 140 mil no terceiro, totalizando 390 mil unidades no período.



Controlada pela chinesa Hexing, empresa cearense de medidores de energia aposta em fábrica na capital amazonense

A Eletra Energy, fabricante cearense de medidores de energia controlada pela multinacional chinesa Hexing, vai instalar uma fábrica no Polo Industrial de Manaus (PIM), com investimento previsto de R\$ 181,9 milhões e geração de 120 empregos. O projeto foi aprovado na 318ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam), ocorrida nesta terça-feira (10/02).

O projeto prevê a produção em larga escala de medidores de energia elétrica e hidrômetros digitais. A companhia espera produzir 4,1 milhões de registradores de energia elétrica e 50 mil hidrômetros digitais, voltados ao consumo de água, dentro de três anos.

A instalação em Manaus faz parte da estratégia de ampliação da presença da companhia no mercado nacional, diante da demanda por medidores inteligentes e soluções de eficiência no consumo de energia e água.

Motor rabetado elétrico vai ser produzido em Manaus por empresa de capital chinês

A Livoltek Power Brasil, empresa do grupo chinês Hexing, vai fabricar motores de rabetado elétricos no Polo Industrial de Manaus (PIM). O projeto foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam), nesta terça-feira (10/02).

O plano prevê investimento de R\$ 19 milhões, ao longo de três anos, para a produção de 11 mil unidades e geração de 21 empregos, com início das operações ainda este ano.

Outros R\$ 16 milhões serão investidos pela empresa para a fabricação de 45 mil hidrômetros digitais, voltados ao consumo de água, no mesmo período.

Além do projeto da Livoltek, outras 43 propostas foram analisadas na 318ª reunião do Codam para enquadramento nos incentivos fiscais estaduais.



Produção de motocicletas atinge melhor janeiro desde 2008

O Polo Industrial de Manaus produziu 184.443 motocicletas em janeiro de 2026, o melhor resultado para o mês desde 2008, com crescimento de 11% sobre janeiro de 2025 e avanço de 42,2% em relação a dezembro. A categoria Street liderou a produção, com 95.732 unidades, seguida pelas Trail e Motoneta, enquanto motocicletas de baixa cilindrada representaram 78,5% do total.

No varejo, foram emplacadas 178.562 motocicletas, recorde para o mês, com média diária de 8.503 unidades, refletindo alta de 17,5% sobre janeiro de 2025. As exportações somaram 3.267 unidades, 16,4% acima do mesmo período do ano anterior. Para 2026, a Abraciclo projeta produção de 2,07 milhões de motocicletas, vendas no varejo de 2,3 milhões e exportações de 45 mil unidades, indicando crescimento consistente para o setor.

Produção de bicicletas recua 18,9% em janeiro, mas elétricas disparam

No mês, o Polo de Manaus produziu 19.028 bicicletas, queda de 18,9% sobre janeiro de 2025, quando foram fabricadas 23.472 unidades, mas avanço de 84% em relação a dezembro. A Mountain Bike liderou a produção com 7.635 unidades (40,1% do total), seguida pelas categorias Infantojuvenil e Urbana/Lazer.

O destaque foi para as bicicletas elétricas, que registraram crescimento anual de 107,9%, refletindo a tendência global de mobilidade elétrica. O Sudeste recebeu a maior parte da produção, com 11.365 unidades (59,7%). Para 2026, a Abraciclo projeta fabricação de 350.000 bicicletas, alta de 4,3% em relação a 2025.



Projeto de coleta de eletroeletrônicos integra sustentabilidade e economia circular à indústria local

A Prefeitura de Manaus lançou o projeto de coleta seletiva de produtos eletroeletrônicos, com 62 Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) espalhados por toda a cidade. A iniciativa, realizada no Ecoponto Zona Sul durante o “Dia de Detox de Eletrônicos - Manaus + Circular”, alia sustentabilidade ambiental, economia circular e desenvolvimento econômico.

O projeto dialoga diretamente com a vocação do Polo Industrial de Manaus, que abriga mais de 500 indústrias nos setores eletroeletrônico, duas rodas, metalmeccânico, termoplástico e tecnológico.

O descarte correto de celulares, computadores e eletrodomésticos gera matéria-prima secundária para a indústria, e promove logística reversa, redução de impactos ambientais e aproveitamento econômico de resíduos.



Amazonas inicia 2026 com US\$ 1,56 bilhão na Balança Comercial

O Amazonas registrou em sua Corrente de Comércio de janeiro um total de US\$ 1,56 bilhão, composta por US\$ 84,45 milhões em exportações e US\$ 1,47 bilhão em importações, segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Entre as exportações, o destaque foi a Alemanha, com US\$ 35,98 milhões em ouro semimanufaturado, representando 96,56% das vendas para o país. A Colômbia também se destacou, com US\$ 3,42 milhões em preparações alimentícias, 47,33% do total exportado.

Nas importações, a China liderou com US\$ 117,61 milhões em suportes gravados, 20,07% do total importado, seguida pelos Estados Unidos, com US\$ 22,01 milhões em copolímeros de etileno, representando 20,49% das compras originárias do país.

A formação de um NOVO POLO

Com a chegada do IME à Amazônia, indústria de defesa deve ganhar base tecnológica para se estruturar no Polo Industrial de Manaus

POR FRANCISCO GOMES

FOTOS: DIVULGAÇÃO / BANCO DE IMAGENS

A implantação em Manaus do Instituto de Pesquisas do Exército na Amazônia (Ipeam), extensão do Instituto Militar de Engenharia (IME), tem potencial para ser um novo grande marco para a região. O movimento sinaliza que a indústria de defesa, até então periférica no Amazonas, passa a ganhar estrutura acadêmica, base tecnológica e articulação institucional onde a economia é ancorada no Polo Industrial de Manaus (PIM) e, em menor escala, em outros segmentos.

Em janeiro, o Exército Brasileiro e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) firmaram acordo para viabilizar o instituto. A iniciativa prevê oferta de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado em áreas estratégicas como Inteligência Artificial, Tecnologias Quânticas, Transição Energética e Biotecnologia.

Para o comandante Militar da Amazônia, general Luiz Gonzaga Viana Filho, a formação local tende a beneficiar diretamente o ambiente produtivo regional. “O Exército pode absorver essa mão de obra, mas quem mais vai se beneficiar dela é a própria indústria local, a própria academia, as universidades do estado”, afirmou em entrevista exclusiva à revista PIM.





O próprio Exército considera a pauta como uma das mais relevantes dos últimos anos para a Amazônia. Não à toa o andamento está em ritmo acelerado, com as mobílias e equipamentos já adquiridos e em processo de recebimento e implantação. Até a construção de prédio próprio, a unidade de ensino já começará nas dependências do Censipam.

“Estamos em fase de implantação. A partir de julho, no segundo semestre, teremos as primeiras turmas. O primeiro semestre será dedicado à instalação de equipamentos, como computadores e mobiliário. No segundo semestre, sob coordenação do IME, iniciarão as seleções para cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado”, afirmou o general.

Mais do que um novo campus, o projeto aponta para a consolidação

de um ecossistema de defesa na Amazônia, integrando indústria, forças Armadas e centros de pesquisa. A primeira turma está estimada entre 20 e 40 alunos, dependendo da demanda, com professores do Instituto Militar de Engenharia.

Uma fala importante neste contexto é a do comandante do IME, General Galdino. “O IME está de corpo e alma envolvido nesse projeto. É o IME em Manaus, com programas de mestrado, doutorado e pesquisas em temas estratégicos para o Exército e para a defesa”.

O ministro da Defesa, José Múcio, destacou a dimensão regional da iniciativa. “Nós estamos levando oportunidades para regiões do país onde existem poucas oportunidades. Uma obra dessa serve para que aqueles que têm raízes lá finquem suas raízes, estudem lá e possamos corrigir as

O projeto aponta para a consolidação de um ecossistema de defesa na Amazônia, integrando indústria, forças Armadas e centros de pesquisa.

NOVO MARCO

diferenças que separam os brasileiros”.

Já o diretor-geral do Censipam, General Richard Fernandez Nunes, destaca a integração prática da parceria. “Temos um instituto reconhecido mundialmente na formação científica e tecnológica e um órgão responsável pela proteção da Amazônia. No final, quem sai ganhando é a Amazônia e o Brasil”.

Da formação à Base Industrial de Defesa

A presença do IME na Amazônia dialoga diretamente com o avanço da Base Industrial de Defesa (BID), estrutura criada para fortalecer a soberania tecnológica nacional.

Historicamente associado à produção de eletroeletrônicos, motocicletas e bens de informática, o Polo Industrial de Manaus começa a abrir uma nova frente estratégica: a indústria de defesa.

No Amazonas, o setor não é massivo como no eixo Sudeste-Sul, mas tem ganhado relevância pela combinação entre incentivos fiscais da Zona Franca, interesse federal



A Base Industrial de Defesa (BID) é um conjunto de empresas que participam da pesquisa, desenvolvimento e produção de produtos estratégicos de defesa, essencial para a segurança do Brasil.

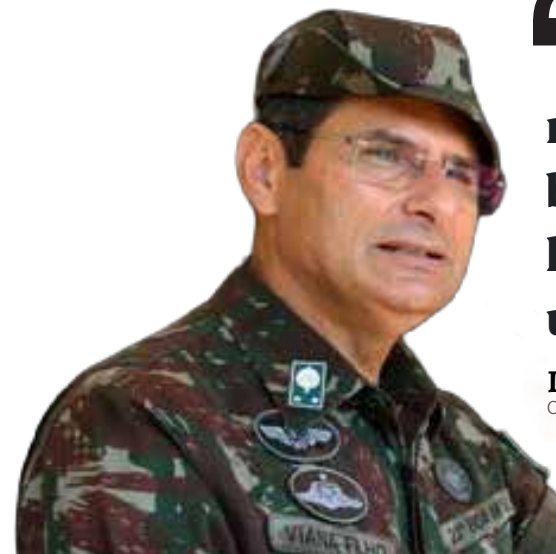
em descentralizar polos estratégicos e crescimento do credenciamento como Empresa Estratégica de Defesa (EED).

O credenciamento é pré-requisito para participação em compras militares. Diferentemente das licitações comuns, em que prevalece o critério de menor preço, o segmento de defesa opera sob regras específicas, voltadas à segurança e confiabilidade nacional.

“ O Exército pode absorver essa mão de obra, mas quem mais vai se beneficiar dela é a própria indústria local, a própria academia, as universidades do estado. ”

LUIZ GONZAGA VIANA FILHO

Comandante Militar da Amazônia



Além das empresas, o ecossistema inclui Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), universidades, startups, forças armadas e instituições financeiras públicas.

Empresas que abriram caminho

No Amazonas, o processo de credenciamento começou em 2017 com a Trópico Sistemas e Telecomunicações, startup nascida em Campinas com unidade no PIM voltada à fabricação de equipamentos para telecomunicações.

Em 2019, a Bicho de Seda Confeções (BDS), instalada no PIM desde 1988, tornou-se a primeira empresa brasileira do setor têxtil a obter reconhecimento como Estratégica de Defesa e autorização de Termo de Licitação Especial (TLE).

A empresa apresentou como Produto Estratégico de Defesa o Conjunto Camuflado desenvolvido para o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha, com proteção anti-infravermelho, ação antimicrobiana, bloqueio solar, repelência a vetores e nanotecnologia aplicada.

Para o CEO da BDS, Luiz Augusto Rocha, o credenciamento corrigiu uma distorção. Antes, empresas nacionais competiam em desvantagem frente a importadores. “Se eu não permitir que empresas nacionais façam pelo mesmo uniforme do Exército, eu nunca vou ter empresas com expertise de empresas de fora. Então eu preciso fazer reserva de mercado”, afirma.

Em setembro de 2024, o tema ganhou institucionalidade com a criação do Conselho de Indústria da Defesa da Amazônia (Condefesa), articulado pelo Exército, Fieam e Cieam.



“A tecnologia se mostra mais presente, haja vista a concentração de grandes institutos tecnológicos junto ao Polo”, ressalta o presidente da Fieam, Antonio Silva.

A Bicho de Seda Confeções (BDS), instalada no PIM desde 1988, tornou-se a primeira empresa brasileira do setor têxtil a obter reconhecimento como Estratégica de Defesa e autorização de Termo de Licitação Especial (TLE).

Tecnologia dual e sofisticação produtiva

O que diferencia o segmento de defesa no PIM não é volume, mas densidade tecnológica. São produtos de menor escala e maior complexidade, frequentemente com uso dual — militar e civil.

Um exemplo é o Dispositivo Vestível Biossensoriado Geolocalizável (DVB-GEO), desenvolvido pela Fama Tech. O equipamento reúne sensores fisiológicos e sistemas de geolocalização para monitoramento em tempo real.

“O produto tem versão militar e versão civil. Quase todas as empresas convidadas a integrar a BID pensam seus projetos com essa dualidade”,





Um exemplo é o Dispositivo Vestível Biossensoriado Geolocalizável (DVB-GE0), desenvolvido pela Fama Tech. O equipamento reúne sensores fisiológicos e sistemas de geolocalização para monitoramento em tempo real.

explica o CEO Alexandre da Silva.

Entre outras soluções estão o SINGEAR (rastreamento de armamento), o STI (simulador tático imersivo) e o REACT (realidade aumentada para coordenação tática).

Fora do ambiente militar, tecnologias semelhantes já são usadas em mineração, esporte de alto rendimento e missões de resgate.

Desafios de escala e soberania

O segmento de defesa enfrenta um desafio estrutural no PIM: escala produtiva. Enquanto o Polo opera tradicionalmente com milhões de unidades, a indústria de defesa trabalha com lotes menores e alta customização.

Além disso, há a limitação de empresas estrangeiras instaladas na Zona Franca. Companhias multinacionais não podem ser classificadas como Empresas Estratégicas de Defesa no Brasil. “A gente pode ficar sem GPS se o detentor apertar um botão. A BID é importante

porque reduz essa dependência”, afirma Alexandre da Silva.

Ao mesmo tempo, a indústria de defesa tende a demandar mão de obra mais qualificada, com maior presença de engenheiros e especialistas.

Radar industrial e futuro

A estatal Indústria de Material Bélico (Imbel) estuda instalar unidade em Manaus e prospecta fornecedores de placas eletrônicas. A decisão depende da viabilidade produtiva e da capacidade de integrar fornecedores locais.

Outras iniciativas incluem soluções energéticas para pelotões de fronteira, como sistemas fotovoltaicos e bancos de baterias desenvolvidos pela UCB Power, também credenciada como Empresa Estratégica de Defesa.

Hoje, o PIM não abriga grandes montadoras de sistemas bélicos pesados. Mas começa a estruturar nichos de alto valor tecnológico, conectados a comunicações críticas, sensores, têxteis técnicos, energia estratégica e soluções digitais.

A chegada do IME à Amazônia pode ser o elo que faltava para integrar formação, pesquisa e indústria sob uma mesma estratégia regional.

Se consolidado, o movimento transforma o Polo Industrial de Manaus não apenas em plataforma de produção incentivada, mas em ambiente de desenvolvimento tecnológico voltado à soberania nacional.

CONTEÚDO EXTRA



SITE
Assinado acordo de R\$ 150 milhões para criação do Instituto de Pesquisas do Exército na Amazônia

O CIEAM parabeniza a
Suframa e Zona Franca de Manaus

50
Anos

Sustentabilidade e Inovação que
transformam a Amazônia e o Brasil



PRODUZIDO NO
POLO INDUSTRIAL
DE MANAUS



CONHEÇA A AMAZÔNIA





Zona Franca de Manaus chega aos 59 anos conectada à agenda econômica e tecnológica da Amazônia

Modelo se aproxima das seis décadas em um momento de mudança no sistema tributário nacional.

POR JHEMISSON MARINHO

FOTO: DIVULGAÇÃO

A Zona Franca de Manaus completa 59 anos como principal eixo econômico da Amazônia Ocidental e em um momento de transição estratégica. Criado em 1967, o modelo reúne incentivos fiscais, política industrial e ocupação produtiva do território, estruturando o Polo Industrial de Manaus (PIM) como base manufatureira voltada ao mercado nacional.

No ano passado, o PIM registrou faturamento de R\$ 227,6 bilhões e média mensal superior a 131 mil empregos diretos, entre efetivos, temporários e terceirizados. O desempenho ocorre em paralelo a uma mudança qualitativa na estrutura produtiva.

Para o superintendente da Zona Franca de Manaus, Bosco Saraiva, a Suframa chega aos 59 anos “mais viva do que nunca”. “A Zona Franca de Manaus não é apenas um modelo econômico — é um projeto de desenvolvimento que protege a Amazônia, cria oportunidades e constrói futuro para quem vive aqui. Defender a Zona Franca é defender o Amazonas, a nossa gente e um Brasil que cresce com equilíbrio e justiça regional”, afirmou.

Segmentos tradicionais, como eletroeletrônicos — incluindo bens de informática — e duas rodas mantêm protagonismo, mas operam sob maior incorporação tecnológica, com processos automatizados, integração digital da cadeia e exigências crescentes de eficiência energética e rastreabilidade.

A evolução recente do parque industrial indica aumento de densidade tecnológica por unidade produzida, com maior agregação de valor e redução relativa da participação de salários e encargos no faturamento total ao longo do período, movimento compatível com padrões industriais mais intensivos em capital e tecnologia.

Administrada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a política de incentivos fiscais segue como



instrumento de atração e manutenção de investimentos industriais na região. Ao se aproximar de seis décadas, o modelo passa a operar em ambiente marcado por transformação tributária, maior exigência tecnológica e necessidade de diversificação produtiva, em cenário de reconfiguração das cadeias globais de valor.

O aniversário de 59 anos coincide com a transição para o novo sistema tributário nacional. A Emenda Constitucional 132 preservou o regime diferenciado da ZFM e manteve seus limites territorial e temporal. A Lei Complementar 214 detalhou os mecanismos de compensação, substituindo parte da lógica de isenção por modelo baseado em crédito presumido no âmbito do IBS e da CBS. A fase atual concentra-se na regulamentação infraconstitucional e na operacionalização dos instrumentos previstos.

Do ponto de vista estrutural, a competitividade do modelo permanece condicionada a fatores logísticos e energéticos, com entraves que continuam a influenciar o chamado “custo Amazônia”. Paralelamente, a ampliação da articulação entre indústria e formação técnica vem sendo apontada como vetor para inserção do PIM em cadeias produtivas de maior conteúdo tecnológico.





Achei o vinho
correto e equilibrado,
taninos macios, álcool
na medida certa,
final médio a longo e
retrogosto agradável.

Acho que
vinho branco
cai muito bem
com peixe.

É nacional?

Êta
vinho
bão!

Sem
colarinho,
por favor.



LER REVISTA COLOCA A SUA OPINIÃO LÁ EM CIMA.

Ler uma revista
é se aprofundar
no seu assunto
preferido de forma
descontraída.
A cada página,
um universo de
informações dos
mais diversos temas.
E você ainda ganha
mais bagagem para
formar uma opinião
forte e consistente.

REVISTAS



ANER

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE EDITORES DE REVISTAS

QUEM LÊ REVISTA
TEM OPINIÃO.

Zona Franca virou o espaço mais atrativo para investimento industrial no Brasil

Reforma tributária entra na fase de transição e já tem impactos imediatos

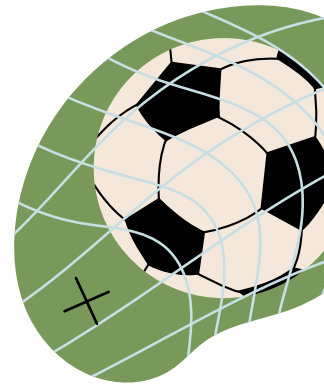
POR JHEISSON MARINHO

FOTOS: DIVULGAÇÃO / BANCO DE IMAGENS - INFOGRÁFICO: SUELLEN FONSECA

No papel, a reforma tributária colocou a Zona Franca de Manaus como o “craque do jogo” do desenvolvimento industrial brasileiro. A partir de 2033, a região passará a ser o único polo no Brasil com benefício fiscal garantido— quando o país passará a ter um sistema tributário padronizado. Em termos bem simples: em um cenário com todos iguais, a ZFM será a única com esse diferencial.

Na prática, os *players* locais reconhecem a blindagem constitucional ao modelo amazonense, mas pregam cautela. A indústria instalada no Polo Industrial de Manaus (PIM) e a Secretaria de Fazenda do Amazonas concordam neste ponto: a proteção está assegurada, mas ainda há riscos ao longo da regulamentação e da operacionalização da reforma tributária.





Aprovado em dezembro de 2023, o texto principal da reforma tributária foi aprovado pelo Congresso Nacional, trazendo novidades como a substituição de impostos para simplificar a estrutura tributária – o ICMS, o ISS, o PIS, a Cofins e o IPI deixarão o campo para a entrada de uma nova dupla: o IBS e o CBS.

O Congresso também estabeleceu um período de transição – que começou este ano e vai mudando gradualmente até 2033.

Até a versão final do texto, a reforma era um ponto de grande atenção para o meio produtivo e para o meio político e governamental do Amazonas. Havia o risco de perder as vantagens comparativas, colocando em risco os investimentos no modelo que este mês completa 59 anos e que encerrou 2025 com um faturamento recorde de R\$ 225 bilhões. O Governo do Amazonas chegou a criar um comitê de assuntos tributários estratégicos

com o objetivo de proteger a ZFM.

O susto passou. E as oportunidades estão a caminho. É o que avalia o secretário parlamentar e um dos principais assessores da bancada amazonense na reforma tributária, o economista Marcelo Pereira.

“Todos os estados da federação, até 2032, deverão esgotar qualquer tipo de benefício fiscal sobre o consumo. E isso é algo novo. Então a partir de 2033, o único estado que terá benefícios fiscais é o Amazonas”, afirma.

A fala de Marcelo Pereira, que já comandou a Superintendência da Zona Franca de Manaus, explica porque, nesse momento, tantas empresas estão olhando para a ZFM e buscando terrenos para empreender.

“Em um curto prazo, a Zona Franca virou o espaço geográfico mais atrativo para realizar investimentos industriais no Brasil”, destaca Pereira. ➔

COMO FUNCIONA O IBS

COMO ELE SERÁ COBRADO?

O IBS será aplicado sobre a venda de bens e serviços. Ele será cobrado em cada etapa da cadeia produtiva, mas com um mecanismo de crédito.

O IMPOSTO VAI PARA QUEM?

A arrecadação será distribuída conforme o princípio do destino, ou seja, o imposto tende a ficar com o local onde ocorre o consumo final do produto ou serviço, e não mais com o local onde ele foi produzido.

QUANDO COMEÇA?

O IBS terá um período de transição longo: começa com fase de testes e implementação gradual a partir deste ano e vai substituir o ICMS e ISS até 2033.

O QUE É O IBS?

Será o novo imposto que vai substituir gradualmente o ICMS (estadual) e o ISS (municipal). Ele faz parte do novo modelo brasileiro de IVA (Imposto sobre Valor Agregado), semelhante ao adotado em vários países.

REGRA CENTRAL: O IBS SERÁ UM IMPOSTO NÃO CUMULATIVO

Ou seja: a empresa paga o imposto na venda, mas pode descontar (creditar) o imposto que pagou na compra de insumos e serviços.

QUEM ADMINISTRA O IBS?

O IBS será administrado pelo Comitê Gestor do IBS (CG-IBS), responsável por arrecadar, controlar créditos e distribuir a receita entre estados e municípios.

Governo e indústria comemoram gol...

A reforma tributária preservou dois campos onde o time da Zona Franca de Manaus precisava ter atenção: o tempo e o espaço geográfico.

A redação final da Emenda Constitucional 132, a emenda da reforma, garantiu que essas duas âncoras não fossem alteradas.

Não é à toa que tanto o Governo estadual quanto a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) hoje falem em “blindagem constitucional”.

E por que isso importa? Para Marcelo Pereira, passado o período de transição, ao fim de 2033, a ZFM ainda terá cerca de 40 anos de existência garantida pela Constituição Federal. “E estaremos dentro de um novo panorama jurídico”, disse.

O otimismo vai ao encontro da posição do secretário do Estado de Fazenda do Amazonas, Alex Del Giglio, que coordenou os trabalhos

do comitê de assuntos tributários do Governo.

“Do ponto de vista da Sefaz-AM, os pilares essenciais da competitividade da Zona Franca foram preservados, tais como o regime constitucional diferenciado, o crédito presumido e os mecanismos de neutralização federal. A proteção está assegurada no texto constitucional”.

É nesta mesma linha o raciocínio do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, para quem o reconhecimento das excepcionalidades da ZFM “representam uma vitória política e técnica fundamental”.

... mas temem os acréscimos da partida

Se por um lado a vitória representa o reconhecimento das garantias da Constituição, por outro a regulamentação precisa confirmar essa proteção para não que não haja impacto financeiro negativo. A

“ Todos os estados da federação, até 2032, deverão esgotar qualquer tipo de benefício fiscal sobre o consumo. E isso é algo novo. Então a partir de 2033, o único estado que terá benefícios fiscais é o Amazonas. ”

MARCELO PEREIRA

Economista e Secretário Parlamentar



preocupação é clara: a vantagem conquistada pode ser diluída por burocracias, interpretações restritivas ou, ainda, mudanças vindas do Legislativo.

Alex Del Giglio defende o que chama de “acompanhamento rigoroso” da regulamentação da reforma tributária, para evitar eventuais tentativas de minar o que já foi aprovado.

“Essas salvaguardas garantem um bom nível de segurança jurídica, mas a regulamentação complementar e a operacionalização prática serão decisivas para consolidar essa proteção no dia a dia das empresas”, afirma.

Para o setor industrial amazonense, o atual cenário de transição exige cautela técnica e vigilância política, uma vez que as atenções se voltam para a complexa fase de regulamentação infraconstitucional.

“As principais preocupações das indústrias do Polo Industrial de Manaus residem na materialização prática dos dispositivos aprovados,

especificamente no desenho das Leis Complementares que definirão a operacionalização do Imposto sobre Bens e Serviços e da Contribuição sobre Bens e Serviços”, afirma Antonio Silva, da Fieam.

A dúvida da indústria recai, neste momento, sobre a calibragem precisa das alíquotas e a sistemática de utilização dos créditos tributários. Estes são pontos sensíveis para que a vantagem comparativa assegurada na Constituição não seja diluída por burocracias ou interpretações restritivas durante a aplicação do novo sistema.

Neste jogo, o papel da Fieam é de monitoramento e colaboração técnica, como explica Antonio Silva, a fim de garantir que a transição para o modelo de IVA dual ocorra sem sobressaltos ou onerosidade para a cadeia produtiva instalada.

“É fundamental que a regulamentação operacional traduza fielmente a vontade legislativa, assegurando, de forma inequívoca, que não haverá perda

EFEITO NO COMÉRCIO E NO CONSUMIDOR LOCAL

Um dos pontos pouco debatidos é sobre o comércio e o consumo dentro da própria Zona Franca de Manaus.

Historicamente, empresas do comércio precisaram recorrer à judicialização para afastar a cobrança de PIS e Cofins sobre mercadorias destinadas ao consumo interno na ZFM.

A discussão girava em torno de uma tese jurídica de que a Zona Franca é equiparada a uma área de exportação – ou o que chamam de “terceiro país”.

“Vale lembrar que não se exportam tributos”, explica Marcelo Pereira.

Com a Reforma Tributária, esse entendimento foi incorporado ao novo sistema. Assim, mercadorias que entram na área incentivada e permanecem para consumo local não estarão sujeitas à cobrança da CBS (tributo que substitui PIS e Cofins).

Na prática: a tendência é que os produtos tenham preços mais competitivos.

E onde isso passa a valer: exatamente no raio de abrangência territorial da ZFM, incluindo parte de Rio Preto da Eva e de Itacoatiara.



de atratividade para o PIM. A manutenção da eficácia dos incentivos fiscais nesta nova fase não é apenas uma demanda econômica, mas a condição indispensável para a preservação dos empregos, da segurança jurídica e da sustentabilidade do modelo em meio à modernização do sistema tributário nacional”, pontua.

O coração da reforma

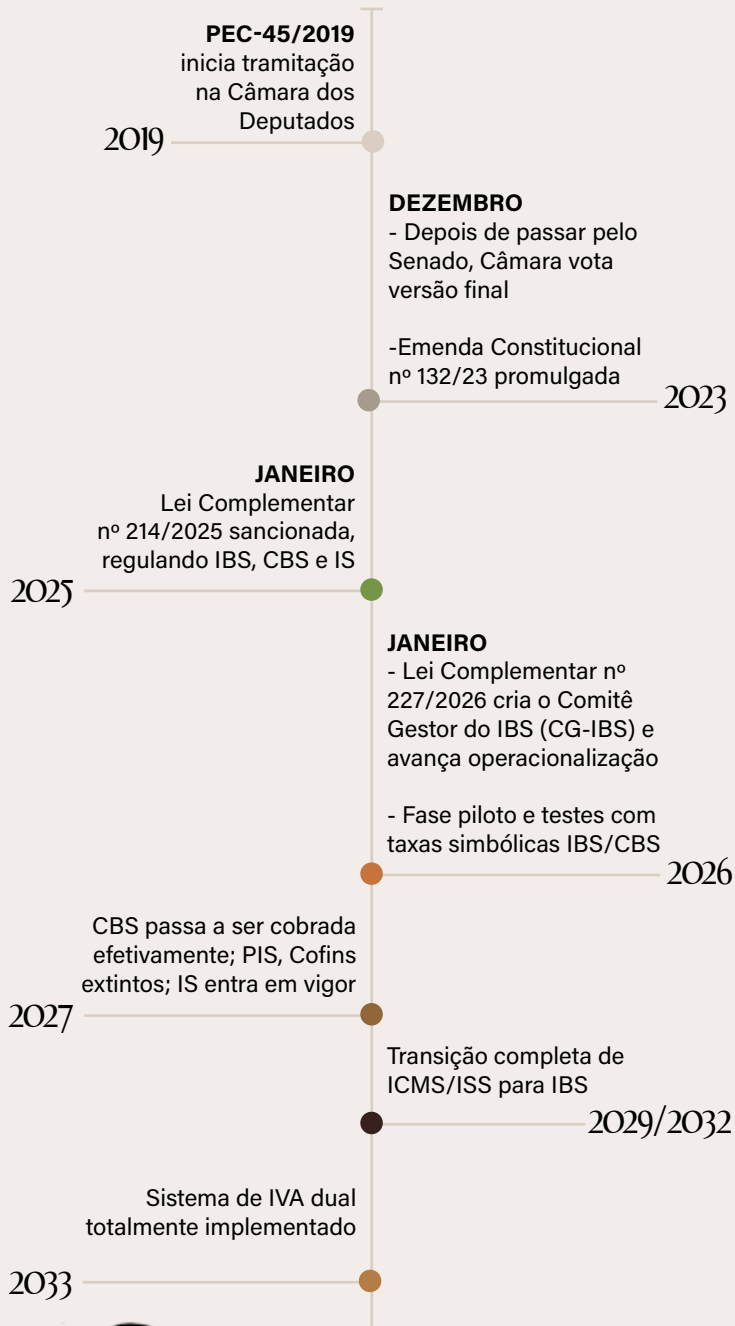
Para quem não é familiarizado com o linguajar legislativo, podemos dizer que se a Emenda Constitucional 132 desenhou o campo, a Lei Complementar 214 passou a escrever as regras do jogo.

Ou seja, enquanto a primeira criou o modelo tributário que passa a valer no país, a LC detalhou como vai funcionar na prática – incluindo os mecanismos que mantêm o diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus.

É aqui que entra um ponto crucial, na avaliação do especialista no assunto, Marcelo Pereira. A LC 214, do ano passado, prevê “zeramento” gradual das alíquotas do IPI a partir de 2027, com exceções para bens de informática. Além disso, produtos sem produção na ZFM na data da publicação da LC também terão IPI zerado – junto com produtos com alíquota inferior a 6,5% também podem ser zerados.

O impacto disso, na prática, é que se o IPI é zerado nacionalmente, a barreira que protegia alguns pontos da ZFM diminui. A boa notícia é que há um mecanismo – um jogador especial – chamado de crédito presumido de IBS e CBS.

LINHA DO TEMPO DA REFORMA TRIBUTÁRIA



Este é o coração prático da reforma tributária, de acordo com explicação de Pereira. Isto porque, com o texto aprovado, a ZFM não depende mais de isenção pura, mas de um mecanismo de crédito. “Produzir aqui será mais barato e a arrecadação será distribuída para todos os estados”, diz.

Para explicar isso de forma mais simples, Marcelo propõe um exemplo prática. Imagine uma grande varejista nacional – como a Magazine Luiza – comprando um lote de TVs produzidas em Manaus. Por ser um bem final, haverá uma cobrança de imposto, mas com redução de IBS em torno de 55%. Vale dizer que, para bens intermediários, essa redução pode chegar a 90,25%.

Com isso, o incentivo de produzir em Manaus e vender para o restante do Brasil deixa de ser “não pagar imposto” para “pagar, mas com crédito presumido na compra, ou melhor, no destino.

Esta é a regra para o IBS. Já o segundo imposto novato no jogo, o CBS, tem uma lógica diferente. Neste, o crédito presumido é sobre o valor da operação.

Os cofres estaduais saem perdendo?

“Os conceitos mudaram com a reforma”. A frase de Marcelo Pereira é muito bem colocada quando se pensa no que vai acontecer com os cofres públicos locais a partir da reforma tributária.

Voltando ao exemplo da compra do lote por um grande varejista – lembra da Magazine Luiza? –, o

tributo deixa de ser “do Amazonas” e vira dos 27 estados. Em termos mais técnicos, a reforma altera a lógica de histórica de arrecadação ao migrar para o princípio do destino puro.

Alex Del Giglio, da Sefaz-AM, explica esse assunto. Para muitos estados com economias baseadas no consumo e maior densidade populacional, como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia, essa mudança tende a ser neutra ou até positiva. ☺

“As principais preocupações das indústrias do Polo Industrial de Manaus residem na materialização prática dos dispositivos aprovados, especificamente no desenho das Leis Complementares que definirão a operacionalização do Imposto sobre Bens e Serviços e da Contribuição sobre Bens e Serviços.”

ANTÔNIO SILVA

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam)



MANAUS NO COMITÊ

Em janeiro, Manaus assegurou um assento entre os 13 representantes titulares das capitais mais populosas no Conselho Superior do CG-IBS. E não apenas isso, será a única representante de toda a região Norte.

A participação reforça o papel econômico estratégico da cidade e ocorreu dentro de um processo organizado pela Frente Nacional de Prefeitos.

O Conselho Superior é composto por 54 representantes dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

“Por outro lado, há um conjunto de estados que enfrentam impactos mais sensíveis por terem baixa densidade demográfica, grande dispersão territorial ou forte dependência da arrecadação na origem. Além do Amazonas, esse grupo inclui estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, que combinam produção relevante na origem com mercados consumidores menores”, disse o secretário.

No caso do Amazonas, o Fisco estadual reforça que o efeito é particularmente mais acentuado, porque a estrutura fiscal é fortemente ancorada na produção concentrada no PIM, que exporta produtos manufaturados para as demais unidades da federação. “Com a adoção do princípio do destino puro, nosso estado precisará de mecanismos de

neutralização sólidos, permanentes e transparentes”, aponta Del Giglio.

Por esse motivo, diz Marcelo Pereira, é necessário compreender bem como vão se dar as implementações das regras do jogo. “Em todas as simulações, as vantagens da ZFM foram mantidas. O grande risco é uma alteração no texto da LC 214. Essas alterações podem acontecer e, por isso, a bancada e a classe produtora têm que estar atentas”, explica.

Promessas ainda não cumpridas

A reforma tributária promete fundos compensatórios para as perdas de arrecadação em estados produtores. O problema é que a execução ainda é uma incógnita. Marcelo Pereira lembra que existem dois fundos previstos: um para a Amazônia Ocidental e outro específico para o Amazonas.

O problema é que eles ainda

“Do ponto de vista da Sefaz-AM, os pilares essenciais da competitividade da Zona Franca foram preservados, tais como o regime constitucional diferenciado, o crédito presumido e os mecanismos de neutralização federal. A proteção está assegurada no texto constitucional.”

ALEX DEL GIGLIO

Secretário do Estado de Fazenda do Amazonas



MANAUS NO CONSELHO NACIONAL

O IBS, criado pela reforma tributária, será um imposto arrecadado nacionalmente e depois redistribuído. Além do imposto, a reforma criou o Comitê Gestor IBS, do qual Manaus passa a integrar de forma estratégica. O comitê será uma espécie de técnico comum dos times, ou seja, um colegiado que administra, arrecada e distribui o novo imposto entre estados e municípios, com regras claras de governança e cooperação federativa. O Comitê tem funções específicas:

- Centralizar a coleta do IBS (substituto de ICMS e ISS)
- Administrar créditos e compensações tributárias
- Distribuir receitas entre os entes federados conforme critérios legais
- Uniformizar regras e procedimentos fiscais, promovendo segurança e previsibilidade.



não foram instituídos e não se sabe como será a sua governança.

Ouvindo o governo, especialista em indústria, é possível dizer que a reforma tributária redesenha o campo, mantém a Zona Franca no jogo e, ao menos até aqui, colocou a faixa de capitão na ZFM.

O desafio agora é que o Amazonas use o tempo que tem, até 2073, para construir um modelo econômico que sobreviva além dos incentivos fiscais. Marcelo Pereira fecha bem essa ideia quando diz que “uma certeza temos: a reforma é efetiva e a ZFM acaba”.

Ponto delicado

Uma regra importante deste novo jogo traz uma consequência importante, mas pouco debatida, de acordo com Marcelo Pereira.

As Áreas de Livre Comércio (ALC) continuam garantidas, mas os benefícios estendidos à Amazônia Ocidental ficam esvaziados. Agora, os bens de capital perdem isenção – como picapes – e o IPI desaparece em 2027 para produtos fora da produção local.

O Brasil conta com sete Áreas de Livre Comércio nas regiões de fronteira da Amazônia Ocidental e Amapá: Tabatinga (AM), Guajará-Mirim (RO), Macapá/Santana (AP), Brasiléia/Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul (AC), Boa Vista e Bonfim (RR).

CONTEÚDO EXTRA



SITE
Negócios do Amazonas sentem os primeiros efeitos da Reforma Tributária, diz Sebrae

29 anos



Amazoncopy
IMPRIMINDO SOLUÇÕES

**TUDO CONECTADO
EM UM SÓ LUGAR!**

**UM PORTFÓLIO COMPLETO EM IMPRESSÃO,
TI E SOLUÇÕES INTELIGENTES QUE ATUAM JUNTAS
PARA TRANSFORMAR A ROTINA DAS EMPRESAS.**

Há mais de 29 anos, a **Amazoncopy** acompanha a evolução das empresas do Norte do país, crescendo junto com cada desafio e cada transformação. Uma trajetória construída com ética, proximidade, investimento em pessoas e compromisso real com resultados.

Mais do que tecnologia, entregamos confiança, parceria e soluções pensadas para evoluir com o seu negócio.

**SUA EMPRESA PRECISA DE SUPORTE
ESTRATÉGICO EM TI?**

A AMAZONCOPY TEM A SOLUÇÃO!

AQUI VOCÊ ENCONTRA SOLUÇÕES DE:



**IMPRESSORAS TÉRMICAS
E COLETORES DE DADOS**



**GESTÃO E LOCAÇÃO
DE IMPRESSORAS**






GESTÃO COMPLETA DE TI



**TOTENS E TELAS
INTERATIVAS**

Modernize sua infraestrutura de TI hoje mesmo!

 92 2127-6160  @amazonscopiadoras  Av. Silves, 99 - Crespo, Manaus/AM

ROYALTIES DO PETRÓLEO: o que Maricá e Macaé ensinam ao Amapá

Com a exploração ainda em fase de testes, governo e municípios discutem como evitar a dependência fiscal e estruturar o futuro.

POR CRISTIANE BARBOSA

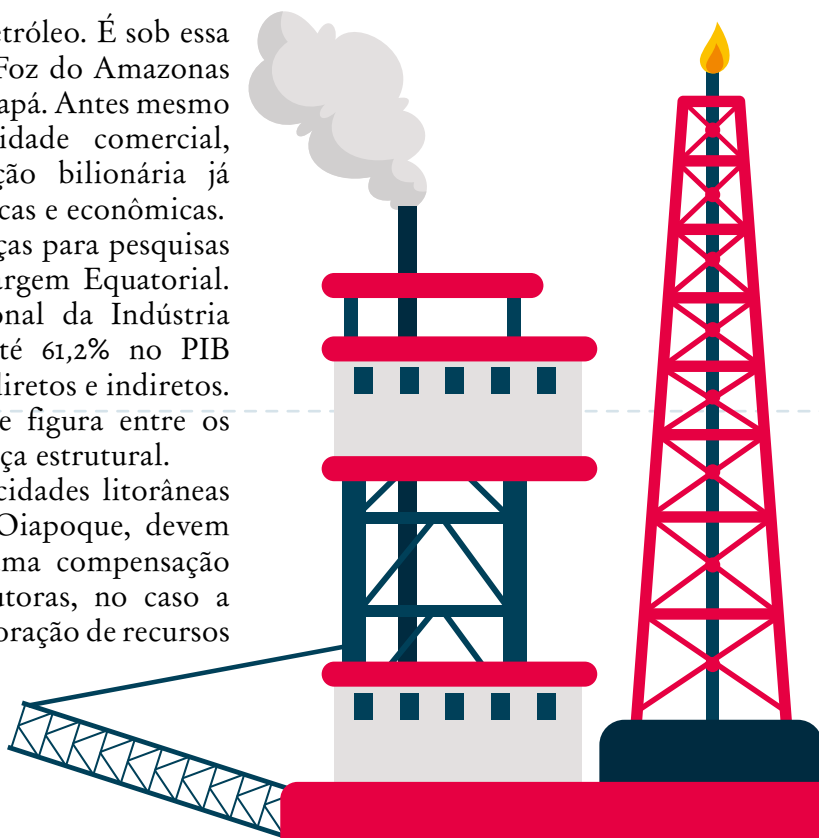
FOTOS: DIVULGAÇÃO / BANCO DE IMAGENS - INFOGRÁFICO: SUELLEN FONSECA

Royalties primeiro, depois o petróleo. É sob essa lógica que a exploração na Foz do Amazonas passou a ser discutida no Amapá. Antes mesmo da confirmação de viabilidade comercial, a expectativa de arrecadação bilionária já reconfigura agendas políticas, urbanísticas e econômicas.

A Petrobras obteve em 2025 as licenças para pesquisas no bloco **FZA-M-59[1]**, na chamada Margem Equatorial. As projeções da Confederação Nacional da Indústria apontam crescimento potencial de até 61,2% no PIB estadual e geração de 54 mil empregos diretos e indiretos.

Para um estado que historicamente figura entre os menores PIBs do País, será uma mudança estrutural.

Em um fluxo de dinheiro inédito, cidades litorâneas do Pará e do Amapá, especialmente Oiapoque, devem receber os *royalties*. Os recursos são uma compensação financeira paga pelas empresas produtoras, no caso a Petrobras, como remuneração pela exploração de recursos não renováveis.



GOVERNANÇA ANTECIPADA

O governador do Amapá, Clécio Luís afirmou, em entrevista de maio de 2025, que a exploração na Margem Equatorial representa “uma oportunidade histórica de transformação” e que o estado está trabalhando um plano de governança para os *royalties*, incluindo a criação de um fundo soberano com finalidades específicas: “Nossa proposta é criar um fundo soberano, uma espécie de guarda-chuva sob o qual teremos outros fundos com finalidades específicas. É um compromisso do Amapá com o povo amapaense, com o Brasil e com o mundo”.

Ele também comentou a discussão em torno da destinação dos recursos. “Quanto dos *royalties* do petróleo será investido para manter a floresta viva e em pé para sempre? Quanto será destinado à pesquisa aplicada, ao desenvolvimento de novos produtos, negócios e tecnologias voltadas à biodiversidade? Queremos mostrar ao mundo que temos um plano de governança claro e responsável para os recursos do petróleo”.

Em outubro de 2025, em entrevista à *Reuters*, Clécio enfatizou o esforço do estado para atrair investimentos e preparar mão de obra local. “Estamos trabalhando muito para preparar a força de trabalho, regularizar áreas, garantir incentivos e mudar a legislação, se necessário”.

Em Brasília, tramita o Projeto de Lei 205/2026 para destinar 20%

dos *royalties* da região ao SUS e à enfermagem, sinal de que o debate ultrapassou a fronteira amazônica e ganhou dimensão nacional.

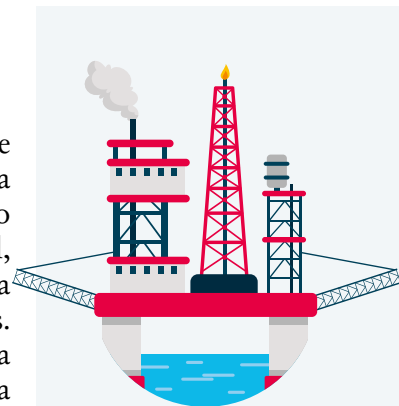
DINÂMICA JÁ É OUTRA

A expectativa de uma avalanche de recursos financeiros já altera a dinâmica local. A valorização imobiliária em Macapá é visível, antecipando o que pode ser uma arrecadação de bilhões em *royalties*. Esse cenário sinaliza que a riqueza do subsolo já está sendo loteada antes mesmo de vir à tona.

O dilema é evidente. A Margem Equatorial é tratada por parte do setor energético como a “nova fronteira do pré-sal”, estratégica para sustentar a produção brasileira a partir de 2030, quando campos maduros da Bacia de Campos e até áreas do próprio pré-sal devem iniciar trajetória de declínio, segundo projeções da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Ao mesmo tempo, o Brasil busca consolidar compromissos climáticos reafirmados no pós-COP30, ampliando metas de descarbonização e defendendo protagonismo ambiental nos fóruns internacionais. Nesse contexto, a exploração na Foz do Amazonas concentra tensões geopolíticas, econômicas e ambientais.

Embora o potencial de *royalties* movimente expectativas bilionárias, o processo de licenciamento permanece sob forte escrutínio técnico. A Petrobras precisou revisar planos operacionais e de contingência após episódios recentes envolvendo vazamento de fluido de



O **FZA-M-59** é um bloco exploratório de petróleo e gás natural localizado na Bacia da Foz do Amazonas, que integra a chamada Margem Equatorial brasileira.

O que significa o nome?

· **FZA** = Foz do Amazonas (sigla da bacia sedimentar)

· **M** = Mar (bloco offshore, em alto-mar)

· **59** = Número de identificação do bloco na ANP

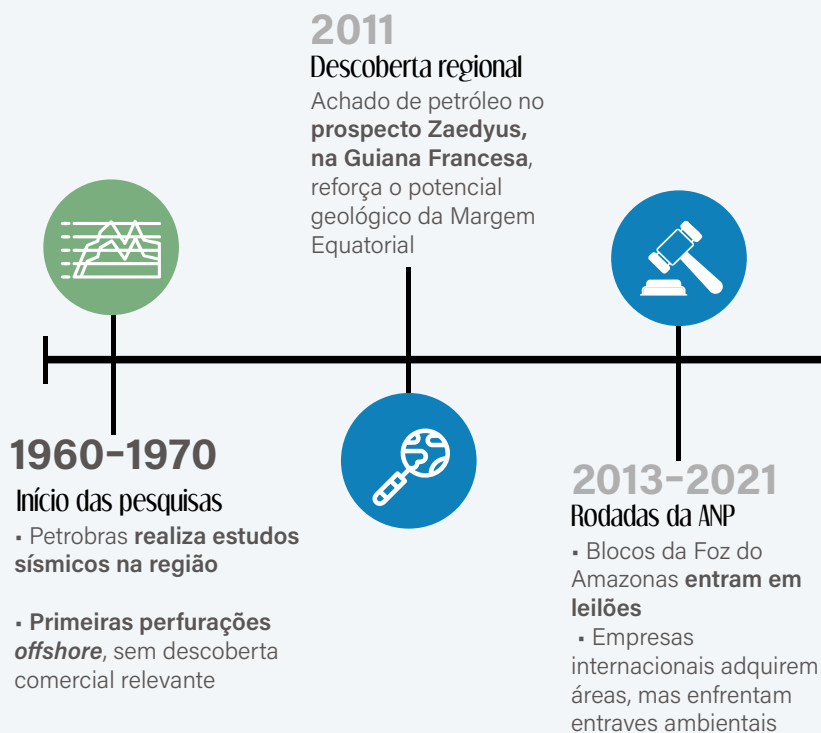
Ou seja, é o **bloco 59** da porção marítima da Bacia da Foz do Amazonas, definido e ofertado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) em rodadas de licitação.



Margem Equatorial – Foz do Amazonas

A linha do tempo, a seguir, resume seis décadas de idas e vindas da exploração de petróleo na Margem Equatorial, com foco na Foz do Amazonas. Ela mostra como a região passou de alvo de pesquisas iniciais nos anos 1960 a fronteira estratégica para o futuro da produção nacional, atravessando descobertas geológicas, entraves ambientais e decisões políticas.

O percurso ajuda o leitor a entender por que o debate atual não é repentino, mas resultado de um processo longo, marcado por expectativa econômica, cautela regulatória e incertezas sobre o que, de fato, poderá se transformar em produção e royalties.



perfuração, considerados de baixo impacto, mas que reforçaram a necessidade de protocolos rigorosos em uma região de alta sensibilidade ecológica.

O CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO

A movimentação na Foz do Amazonas ainda é, oficialmente, exploratória. Depois de anos de expectativa e de um embate público e interno ao governo Lula sobre os riscos ambientais do projeto, o Ibama concedeu, em outubro de 2025, a licença para a perfuração do poço no bloco FZA-M-59. A autorização não significa produção, mas a permissão para testar a área.

A Petrobras deve manter as pesquisas até março de 2026, quando terá dados suficientes para avaliar

se há viabilidade econômica na extração de petróleo naquela faixa do Atlântico, situada a cerca de 175 quilômetros da costa do Amapá e aproximadamente 500 quilômetros da foz do rio Amazonas. Até lá, o que existe é sondagem, coleta de informações e cálculo de risco (geológico, financeiro e político).

O processo envolve perfuração, análise de viabilidade, eventual declaração de comercialidade e, só então, desenvolvimento do campo, ciclo que pode levar de três a cinco anos. Mesmo assim, os impactos pré-operacionais já se fazem sentir.

Em 6 de janeiro, a Petrobras interrompeu temporariamente a perfuração do poço Morpho após identificar vazamento de fluido de perfuração. O episódio reacendeu críticas ambientais e reforçou a

maio
2023

Rodadas da ANP

Ibama indefere
pedido da Petrobras
para perfurar o bloco
FZA-M-59



outubro
2025

Licença concedida
para pesquisa

Ibama autoriza
perfuração
exploratória no
FZA-M-59

2026

Sondagem em
andamento

Petrobras realiza
testes para avaliar
viabilidade econômica



Próximos passos

- Produção comercial, se confirmada, só ocorreria no início da próxima década.
- Região é vista como estratégica para compensar o declínio da produção nacional após 2030.

Fonte: Fontes: ANP, Ibama, Petrobras, EPE

vigilância do Ibama, que já havia imposto condicionantes e multas à estatal em etapas anteriores do licenciamento. A empresa não informou quando retomará os trabalhos.

Para o presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Minas e Energia (FNSME), Ronney Peixoto, o debate precisa ser enquadrado no horizonte da segurança energética. “A margem Equatorial é a nova fronteira do petróleo no País, caso não avance o Brasil entraria em uma situação crítica depois de 2030 na produção do óleo”, afirmou ele que é secretário de Estado de Energia Mineração e Gás do Amazonas.

Ele lembrou também que o ciclo do petróleo é faseado e a etapa atual ainda é de estudo.

“Mesmo antes da produção, há movimentação relevante de recursos e profissionais. O maior impacto vem na construção da infraestrutura e, depois, com os *royalties*”.

Peixoto destacou que a integração federativa é decisiva. “O Estado do Amapá está corretíssimo em buscar cooperação técnica de forma a se preparar para o futuro econômico que se espera, evitando erros e aprendendo com melhores práticas já consolidadas”.

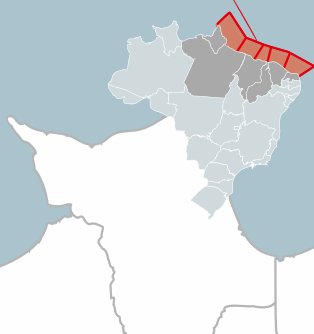
IMPACTO PARA O AMAZONAS

Os desdobramentos da Margem Equatorial não se restringem ao Amapá. Segundo o secretário, o Amazonas também pode capturar ➔

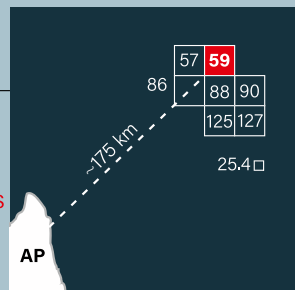
MARGEM EQUATORIAL

Área explorada

A Petrobras obteve em 2025 as licenças para pesquisas no bloco **FZA-M-59**, na chamada Margem Equatorial.



O **FZA-M-59** é um bloco exploratório de petróleo e gás natural



O bloco está situado a cerca de **175 quilômetros da costa do Amapá** e aproximadamente **500 quilômetros da foz do rio Amazonas**.

parte dos efeitos indiretos da atividade.

O estado já possui base consolidada no setor energético, com investimentos relevantes e a maior reserva de gás onshore do País. “Poderemos ter oportunidades para o Amazonas se posicionar como um hub de serviços técnicos e logístico, além do fornecimento de mão de obra na área das engenharias. O governo do estado tem acompanhado e mapeado essas questões”.

DOIS MODELOS FLUMINENSES: PRODUÇÃO E GESTÃO ESTRATÉGICA

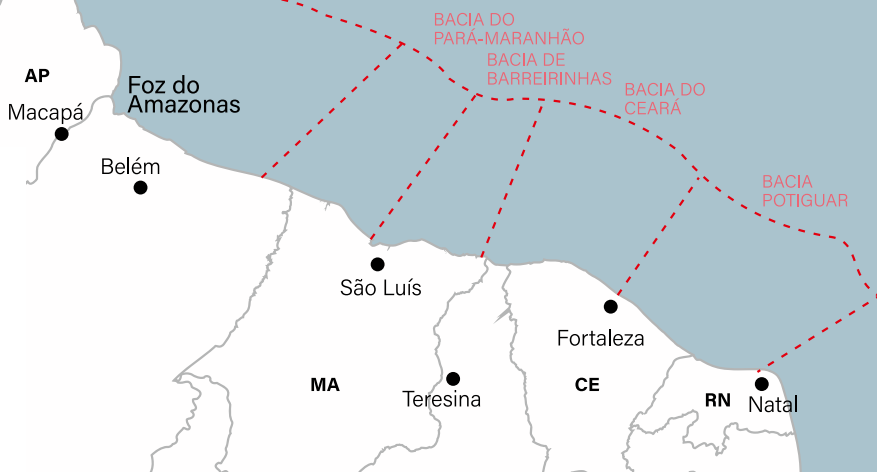
Para evitar a chamada “maldição do petróleo” - fenômeno observado em diferentes partes do mundo, em que a abundância de recursos naturais gera dependência fiscal, distorções econômicas e, em alguns casos, fragilidade institucional -, o Amapá volta o olhar para o Sudeste.

O tema mobiliza o governo estadual e a prefeitura de Macapá. O estado busca inspiração em cidades fluminenses, como Macaé e Maricá, que administram grandes volumes de *royalties*.

O prefeito de Macapá, Antônio

de Oliveira Furlan, conhecido como Dr. Furlan, falou da importância do acordo de cooperação técnica com Macaé. “O objetivo é tornar Macapá um ambiente de negócios confiável e atrativo, pronto para receber a indústria de bens e serviços que virá com a exploração do petróleo na Margem Equatorial. Macaé tem uma vasta experiência nesse sentido”, disse o prefeito na ocasião da formalização da nova fase do acordo de cooperação técnica e institucional com Macapá, em setembro de 2025.

Uma comitiva amapaense já visitou Maricá (RJ), em outubro de 2025, hoje o município que mais recebe *royalties* no Brasil, para conhecer a experiência do fundo soberano local, da moeda



social Mumbuca e da política de transporte gratuito.

“Na visita ao Parque Tecnológico, por exemplo, vemos formas de usar esse recurso que vai chegar para alcançar as riquezas naturais amazônicas que são enormes. Temos uma capacidade de pesquisa para fármacos absurda na Amazônia que podem ser base para essa nova economia”, avaliou o presidente da Agência de Desenvolvimento do Amapá, Wandenberg Pitaluga Filho, na ocasião da visita.

A estratégia é antecipar planejamento e copiar experiências consideradas bem-sucedidas, como a de Maricá, que estruturou um fundo soberano para garantir sustentabilidade fiscal após o declínio da produção petrolífera.

Ao mesmo tempo, a experiência de Macaé oferece lições sobre como consolidar infraestrutura e cadeia produtiva de forma a transformar royalties em base econômica duradoura.

Assim, se Macaé simboliza a consolidação da cadeia produtiva *offshore*, Maricá representa a engenharia fiscal voltada para blindagem e diversificação de longo prazo. Ambas se tornaram referências para estados e municípios que se preparam para receber royalties da exploração de petróleo, entre eles o Amapá.

MACAÉ: INFRAESTRUTURA E DIVERSIFICAÇÃO COMO RESPOSTA AO CICLO DO PETRÓLEO

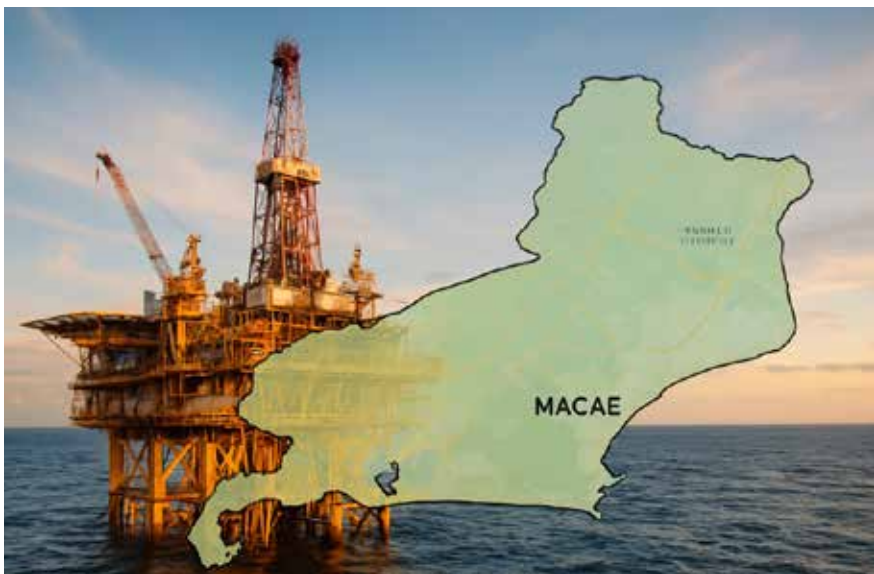
Localizada na Bacia de Campos, Macaé consolidou-se como principal base operacional do petróleo brasileiro nas últimas décadas. A cidade estruturou porto, rede de serviços técnicos, formação profissional e um ecossistema empresarial vinculado à indústria *offshore*.

Para o secretário de Desenvolvimento Econômico de Macaé, Rodrigo Vianna, o efeito dos *royalties* depende da maturidade da gestão. “É realmente transformador. Se a gestão pública souber usar o recurso, consegue levar essa transformação à ponta. Ao longo dos últimos 50 anos, Macaé, provida dessa receita, conseguiu avançar muito até se tornar a cidade que é hoje”.

Em entrevista à Revista PIM Amazônia, ele reconheceu que o aprendizado foi gradual. “Antes de acertar, erramos muito. Demorou para entender que o *royalty* precisava ser instrumento de transformação estrutural”.

Segundo o secretário, a alternância política dificultou continuidade, mas

Localizada na Bacia de Campos, Macaé consolidou-se como principal base operacional do petróleo brasileiro nas últimas décadas.



houve amadurecimento institucional. “A cidade passou a olhar pelo retrovisor e corrigir rumos. A partir de 2021, na nossa gestão, com muita responsabilidade, começamos a aplicar os recursos com mais maturidade e transparência”.

O principal ajuste foi reduzir a dependência do petróleo. Segundo ele, Macaé ampliou turismo, produção agrícola e energias renováveis, dobrando a arrecadação própria em cinco anos.

A qualificação profissional foi um ponto sensível. “Talvez tenha sido nosso maior erro. A indústria opera em caráter de urgência. Se a população local não estiver preparada, perde espaço”.

Para a capital amapaense, a recomendação do gestor é estrutural e preventiva. “Já que está tendo oportunidade de começar do zero, que escreva os marcos regulatórios apropriadamente, para que dê previsibilidade de organização ao desenvolvimento urbanístico e social”.

Na avaliação dele, a preparação deve começar antes da chegada efetiva dos recursos, com foco na formação da população local. “Com isso já largando na ponta com muito investimento na educação, focado na qualificação profissional para que se tenha maior inclusão possível daquela população que está na cidade, no estado do Amapá, na cidade de Macapá”.

A cooperação técnica formalizada com Macaé busca justamente antecipar planejamento. O acordo envolve troca de experiências sobre gestão fiscal, infraestrutura e capacitação. A prefeitura amapaense pretende adaptar o

modelo à realidade amazônica, com foco em bioeconomia e pesquisa farmacêutica.

MARICÁ: FUNDO SOBERANO E INVESTIMENTO ANTICÍCLICO

Ao passo que Macaé consolidou infraestrutura produtiva, Maricá transformou *royalties* em política pública estruturada. O município criou fundo soberano, moeda social e programas de mobilidade e educação financiados pela receita petrolífera.

Na avaliação do secretário executivo do FNSME, Antônio Rocha, a experiência fluminense é o ponto de partida para o Norte. “O que Maricá tem feito é promover uma valorização da cidade e dos serviços públicos. Foi o primeiro município a ter transporte gratuito, investiu no passaporte universitário para formar mão de obra qualificada e estruturou seu aeroporto como *hub* para a Bacia de Campos”.

Em entrevista à PIM Amazônia, o especialista em petróleo disse que

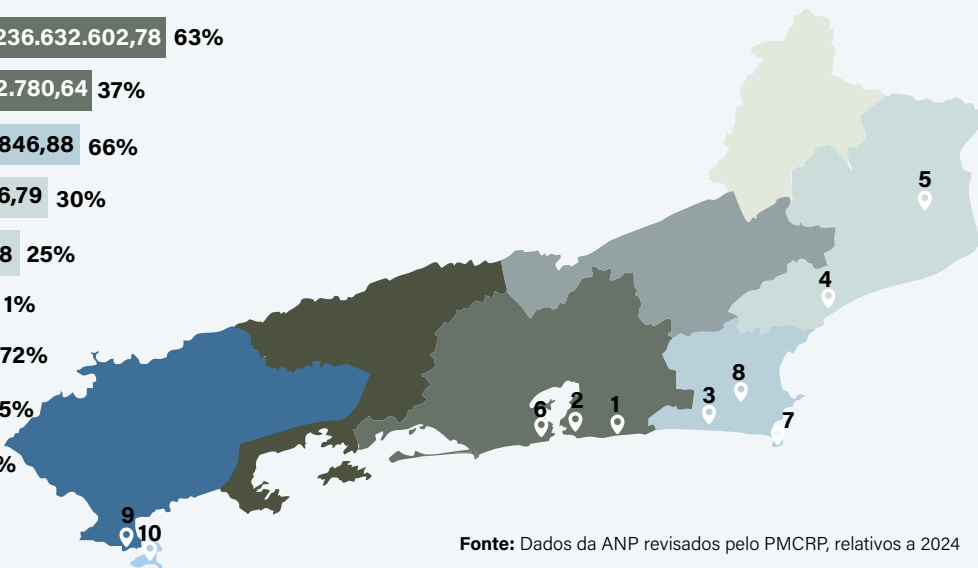
Maricá transformou royalties em política pública estruturada



CONHEÇA OS MUNICÍPIOS COM MAIOR ARRECADAÇÃO DE ROYALTIES

(*a taxa de porcentagem corresponde a receita municipal)

1	Maricá (RJ)	R\$ 4.236.632.602,78	63%
2	Niterói (RJ)	R\$ 2.233.782.780,64	37%
3	Saquarema (RJ)	R\$ 2.012.509.846,88	66%
4	Macaé (RJ)	R\$ 1.402.558.746,79	30%
5	Campos dos Goytacazes (RJ)	R\$ 706.419.060,78	25%
6	Rio de Janeiro (RJ)	R\$ 550.616.578,33	1%
7	Arraial do Cabo (RJ)	R\$ 547.273.096,61	72%
8	Araruama (RJ)	R\$ 525.587.140,38	45%
9	São Sebastião (SP)	R\$ 461.437.195,18	28%
10	Ilhabela (SP)	R\$ 399.435.591,65	42%



Fonte: Dados da ANP revisados pelo PMCRP, relativos a 2024

o Amapá precisa usar o presente rico para plantar um futuro independente. “É preciso investir em turismo, hotelaria, indústria de serviço e produção de alimentos para quando a produção começar a decrescer”, afirmou. Ele atua na articulação de políticas energéticas no Brasil e é conselheiro do Conselho Empresarial de Petróleo e Gás da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Rocha pontuou que o principal mérito de Maricá foi pensar além do presente. “Qualquer município que receba *royalties* precisa empregar esses recursos para resolver problemas atuais, mas também criar receita futura que compense a queda da produção. Petróleo é recurso finito”.


Para Rocha, essa perspectiva exige planejamento anticíclico. “É preciso plantar projetos hoje que garantam independência amanhã.

Investir em turismo, serviços, comércio, logística e formação técnica.”

O protocolo firmado entre a Secretaria de Energia do Rio de Janeiro e a Secretaria de Mineração do Amapá prevê transferência de conhecimento técnico. “O Rio concentra escolas e laboratórios que certificam trabalhadores para embarque em plataformas. Essa estrutura pode apoiar a formação de mão de obra do Norte”, explicou Rocha.

Ele também destacou que o FNSME realizará assembleia geral em 18 de março, em Macapá, para discutir regulação, infraestrutura e transição energética. “O fórum funciona como câmara de sinergia entre estados e governo federal.”

IMPACTOS ANTECIPADOS

Mesmo na fase exploratória, a expectativa de exploração já altera 



dinâmicas econômicas no extremo norte do País. Oiapoque, que funciona como base logística das operações, registra movimentação imobiliária e aumento na demanda por serviços públicos.

Ainda assim, não há produção confirmada. Caso a viabilidade comercial seja comprovada, o projeto deverá cumprir novas etapas regulatórias antes de eventual início de extração.

No fim, a questão que paira sobre a Foz do Amazonas não é apenas geológica. Trata-se de saber se o Brasil conseguirá conciliar segurança energética, desenvolvimento regional e responsabilidade ambiental e se o Amapá terá capacidade institucional para transformar expectativa em legado.

O FUTURO EM ABERTO

Até a viabilidade comercial ocorrer, o Amapá vive o paradoxo de planejar um *boom* que pode ou não se materializar. Além disso, a exploração

na Margem Equatorial enfrenta resistência de ambientalistas que veem na iniciativa um risco concreto a ecossistemas ainda pouco estudados e, sobretudo, um sinal contraditório em um momento em que o Brasil tenta se afirmar como protagonista da transição energética.

Para esses grupos, ampliar a fronteira petrolífera soa incompatível com a substituição gradual dos combustíveis fósseis por fontes renováveis e de menor emissão de gases de efeito estufa, justamente os responsáveis pelo aquecimento global.

No fim, a pergunta que paira sobre a Foz do Amazonas é mais que geológica. É estratégica: como conciliar segurança energética, desenvolvimento regional e responsabilidade climática em um país que precisa, simultaneamente, crescer e descarbonizar?

A movimentação na Foz do Amazonas ainda é, oficialmente, exploratória.

CONTEÚDO EXTRA



SITE
Produção de petróleo e gás no Brasil bate recorde e atinge 4,897 milhões de barris por dia em 2025



59 anos

— DE HISTÓRIAS —

QUE CONECTAM

A AMAZÔNIA INDUSTRIAL

— ZONA FRANCA DE MANAUS —

Casa das
Correias CDC

Celebrar o aniversário da Zona Franca de Manaus é celebrar 59 anos de desenvolvimento, inovação e transformação para a Amazônia. A Casa das Correias caminha lado a lado com esse progresso há mais de 40 anos, oferecendo soluções que movem a indústria e fortalecem a economia local.

Assim como as correias transmitem a força necessária para as engrenagens, nossa expertise técnica e soluções de potência impulsionam o progresso da nossa região. Temos orgulho de ser o parceiro que mantém a Amazônia Industrial em movimento, conectando tecnologia de ponta ao compromisso com o futuro da Amazônia.

Da Indústria ao lar

Construindo
o que move
Manaus!

Compromisso

& Qualidade

Há mais de
45 anos!



15 anos que transformaram o Polo Industrial de Manaus

Mais tecnológica, a indústria amazonense se reinventou, deu adeus a produtos que marcaram época e abriu espaço para o novo

DA REDAÇÃO

FOTOS: DIVULGAÇÃO / BANCO DE IMAGENS

Em 2010, o Polo Industrial de Manaus encerrava um ciclo de recuperação após a crise global de 2008–2009, com faturamento de R\$ 119,9 bilhões. Quinze anos depois, o faturamento quase dobrou e alcançou R\$ 227,6 bilhões, novos produtos passaram a ser produzidos e uma profunda transformação ocorreu dentro das fábricas.





O crescimento nominal veio acompanhado de uma transformação estrutural e tecnológica. A indústria instalada em Manaus terminou 2025 não apenas maior, mas com outra configuração produtiva.

De 2010 para cá, houve mudanças do relógio ao ar-condicionado, da bicicleta ao telefone celular. No núcleo do modelo industrial, o setor eletroeletrônico permanece como protagonista, mas agora impulsionado pelos bens de informática.

Não é à toa que, para o presidente da Eletros - a Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos -, os principais produtos que marcam essa transição vêm da informática.

“Tablet, há 15 anos, era um produto que estava surgindo no mercado e acabou ficando. Disseram que seria uma coisa temporária, e se consolida a cada momento”, afirma o presidente, José Jorge do Nascimento Júnior.

O executivo destaca, ainda, a evolução tecnológica do telefone celular e do ar-condicionado, hoje com tecnologia inverter, capaz de consumir até 50% menos energia. “São aparelhos com sensores de presença, conectividade e interatividade muito grande com o usuário”, destaca.

Para a Eletros, o setor eletroeletrônico é moderno não apenas no produto, mas no processo fabril. As evoluções são constantes, uma vez que os produtos assim exigem, e as linhas de produção acompanham essa dinâmica tecnológica.

Essa mudança reflete inclusive na mão de obra, hoje mais qualificada em razão da exigência do ambiente robotizado e automatizado.

“O trabalhador tem que ter ➔

minimamente um conhecimento sobre robotização e automatização. O que temos na Zona Franca é o estado da arte e evolução constante de processos fabris”, explica Jorge Júnior.

Na avaliação do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos do Amazonas (Sinaees), o que se vê hoje é um sinal de maturidade do parque industrial de Manaus, que precisou se renovar com a virada do mercado, com mudança no padrão de consumo que puxou todo o restante das mudanças.

O avanço do streaming e da conectividade ampliou a demanda por telas, dispositivos integrados e acessórios inteligentes, avalia o diretor executivo do Sinaees, Marcelo Batista.

Em resumo, o mercado mudou e obrigou produto e processo a correrem juntos. “Houve mudança de processo, com mais automação, rastreabilidade, qualidade, eficiência energética e integração digital da cadeia”, completou.

Batista é taxativo ao falar da evolução do PIM. “O eixo tecnológico do Polo permanece robusto e em plena expansão”, afirma.

O PIM se tornou mais diversificado e mais resiliente, e o conjunto Eletroeletrônico mais Bens de Informática segue como um dos grandes motores tecnológicos do Brasil, pontua o Sinaees.

Mudanças nas prateleiras

A reconfiguração industrial se reflete na pauta de produtos. Em 15 anos, deixaram de ter relevância ou saíram das linhas de produção:

- Compact Disc (inclusive CD-ROM e DVD-ROM)
- DVD Player

LINHA DO TEMPO DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Ao longo de 15 anos, a reconfiguração industrial mudou a pauta de produtos, muitos deixaram de ter relevância ou simplesmente saíram das linhas de produção, abrindo espaço para inovação, conectividade e novas tecnologias que moldam o presente e o futuro.

2010



TVs LCD/LED começam a superar Plasma

Smartphones se consolidam; início da era dos apps



Primeiras **pulseiras fitness** (passos e notificações)

Injeção eletrônica ganha escala nas motos



Bicicletas com materiais mais leves começam a se destacar

2011



TVs ficam mais finas e econômicas

Câmeras de celular evoluem; vídeo começa a se popularizar



2014



ABS começa a aparecer em motos maiores

Smartwatch começa a se consolidar



Expansão do 4G LTE no Brasil e no mundo

Smart TV vira padrão em modelos médios/altos



4K (Ultra HD) entra no radar das grandes marcas



Melhora significativa em **fotos noturnas**

Bicicletas urbanas ganham força como mobilidade



2013



GPS e ciclocomputadores começam a crescer

Câmeras de celular evoluem; **vídeo começa a se popularizar**



TVs 3D ganham espaço, mas sem longa duração



Popularização das **Smart TVs** (YouTube, Netflix)



2015



Streaming se consolida; **Smart TV** se torna essencial

Pagamentos por NFC começam a crescer



Sensores de batimentos mais confiáveis

Painéis digitais ficam mais comuns



2012



Primeiras **pulseiras fitness** (passos e notificações)

2016



2018

Avanço das **e-bikes** com baterias melhores



Controle por voz começa a crescer



Dual camera se populariza

Múltiplas câmeras entram no mainstream



Era da tela cheia; bordas menores



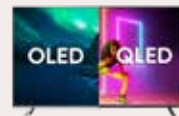
Wearables com GPS, resistência à água e apps esportivos



Expansão de **OLED e QLED**

2019

2017



OLED/QLED ganham mais mercado



E-bikes aparecem, ainda como nicho

IA começa a melhorar fotos automaticamente



Consolidação de motos mais eficientes (CBS)



Health tech acelera (métricas e alertas)



Celular vira carteira digital em vários mercados

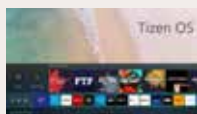
Conectividade em motos começa a surgir



HDR começa a se popularizar



E-bike acelera em adoção



Sistemas operacionais mais maduros (**Tizen, WebOS, Android TV**)

2020

4K se consolida como padrão



2016

Câmeras com sensores maiores e HDR avançado



Consolidação total do 4K

2022



Crescimento de **scooters elétricas urbanas**

Categoria urbana elétrica se expande



Motos elétricas começam a aparecer com mais presença

Integração total com ecossistemas (celular, carro, fones)



5G ganha força em vários países

2021

Boom de bikes e e-bikes (pandemia)



Vídeo 4K vira comum

Início da expansão do 5G



TVs ganham recursos para games (120Hz, HDMI 2.1)

2023



TVs Mini LED crescem como opção premium

Modo cinematográfico em vídeos se populariza



Wearables focados em saúde preventiva

2024

8K existe, mas segue nichado



Explosão de IA embarcada (edição, tradução, remoção de objetos)

Eletrificação acelera no delivery urbano



- Televisores de tubo (cinescópio)
- Monitores de vídeo com tubo (uso em informática)
- Videocassetes
- Fita cassete e fita de vídeo cassete
- Aparelhos telefônicos fixos (exceto celulares)

Esses produtos não perderam espaço por falta de competitividade local, mas por uma mudança tecnológica que ultrapassa fronteiras. O streaming eliminou a necessidade de mídia física e a convergência digital incorporou múltiplas funções em um único dispositivo.

Em contrapartida, ganharam espaço nas fábricas de Manaus produtos com maior integração tecnológica e valor agregado.

O caso dos condicionadores de ar do tipo split é emblemático. Em 2010, o produto já existia, mas em 2025 apresenta faturamento bilionário e forte presença nas estatísticas de produção.

Tendências sobre rodas

No segmento de Duas Rodas, a evolução tecnológica não se deu apenas pelo aumento da produção, mas pela incorporação de sistemas eletrônicos, freios ABS, injeção eletrônica, sensores e conectividade embarcada.

As bicicletas elétricas, inexistentes na pauta industrial há 15 anos, hoje compõem uma categoria consolidada.

De acordo com a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), esses modelos começaram a ser produzidos em 2011. Hoje já são 44 modelos em fabricação e com tendência de aumento da oferta.

“As bicicletas elétricas devem ganhar espaço de forma consistente, refletindo o interesse crescente do consumidor por soluções de mobilidade mais eficientes e sustentáveis”, disse a Abraciclo, em nota.

A entidade que representa o setor destacou que a “eletromobilidade no setor de bicicletas está se consolidando rapidamente, impulsionada pelo crescente interesse do consumidor e pelo compromisso da indústria em oferecer soluções mais sustentáveis e inovadoras para o mercado”.

Menos volume, mais valor

O caso dos telefones celulares ilustra a mudança. Em 2010, o volume produzido era maior. Em 2025, o número de unidades produzidas diminuiu cerca de 40%, mas ninguém seria capaz de falar em crise no segmento. Então, o que aconteceu?

A indústria passou a depender menos de produção massificada de baixo preço e mais de produtos tecnologicamente sofisticados.

Para Marcelo Batista, a transformação foi puxada pelo mercado. “O consumo deixou de ser “o aparelho em si” e passou a ser “a experiência”: conectividade, serviços, integração com plataformas digitais, atualização constante. A indústria respondeu com mudança de produto, com mais inteligência embarcada, conectados, multifuncionais”, explica.

Emprego e produtividade

Em 2025, o Polo registrou média mensal superior a 131 mil trabalhadores, incluindo efetivos, temporários e terceirizados, número

E-bikes totalmente integradas ao dia a dia urbano

Mobilidade elétrica urbana em crescimento acelerado

Wearables avançam no monitoramento de sono, estresse e oxigenação

Celulares se tornam **hubs de produtividade e criação**

TVs 8K permanecem premium e de nicho

E-bike consolidada como tendência

2025

2024

superior ao observado em 2010.

Ao mesmo tempo, a participação relativa de salários e encargos no faturamento total apresenta leve redução ao longo do período, o que sugere maior intensidade tecnológica por trabalhador. A indústria tornou-se mais automatizada, mais integrada a cadeias globais e mais dependente de qualificação técnica.

Um modelo que se adapta

Criada em 1967, a Suframa chega aos 59 anos coordenando um polo industrial cujo horizonte legal se estende até 2073.

Desde 2010, 11 gestores passaram pela superintendência, em um total de 27 ao longo da história da autarquia. Apesar da rotatividade administrativa, o modelo industrial permaneceu operacionalmente ativo e adaptável às transformações globais.

Se 2010 marcou um momento de recuperação econômica, 2025 consolidou um Polo mais complexo, mais diversificado e tecnologicamente mais exigente.

A Zona Franca se aproxima dos 60 anos com uma evidência clara: a sustentabilidade do modelo depende da capacidade de adaptação às

mudanças tecnológicas e às novas demandas do mercado.

O desafio agora não é apenas manter volume de produção, mas garantir inserção nas próximas ondas tecnológicas — inteligência artificial embarcada, mobilidade elétrica, integração digital e manufatura avançada.

Testemunha das mudanças

Há 15 anos, em 2010, foi lançada a revista PIM Amazônia, com foco principal na cobertura da economia local. Neste período, a publicação cresceu e se diversificou, tornando-se uma plataforma de jornalismo econômico comprometida com o desenvolvimento da região Amazônica.

Em suas reportagens, a revista reúne vozes especializadas e dados que subsidiam decisões de mercado e políticas públicas na Amazônia Legal.

Com uma linha editorial voltada à realidade socioeconômica da região, a revista se consolidou como referência entre gestores, empreendedores, acadêmicos e formuladores de políticas que buscam uma leitura aprofundada e contextualizada dos principais vetores de crescimento e dos desafios estruturais da Amazônia.

CONTEÚDO EXTRA



YOUTUBE

Confira a série "Nem Zona, nem Franca e nem de Manaus".

“ O consumo deixou de ser "o aparelho em si" e passou a ser "a experiência": conectividade, serviços, integração com plataformas digitais, atualização constante. A indústria respondeu com mudança de produto, com mais inteligência embarcada, conectados, multifuncionais. ”

MARCELO BATISTA

Diretor Executivo do Sinaees





AMAZON
EMBALAGENS

Seu delivery merece qualidade em cada detalhe

Na **Amazon Embalagens**,
cada produto é pensado para
valorizar sua marca e entregar
mais confiança ao cliente.



Embalagens resistentes e higiênicas



Design funcional e moderno



Soluções sob medida para restaurantes e lanchonetes



Qualidade que valoriza seu delivery

Seja para **hambúrgueres, pizzas, comidas orientais ou qualquer outro tipo de refeição**, temos a embalagem certa para que o cliente final receba seu pedido com segurança, sabor e confiança.

Sua marca merece mais! Fale com a Amazon Embalagens e descubra a solução perfeita para o seu negócio.

 92 99377 7972  92 3672 2000

 @amazonembalagens

 www.amazonembalagens.com.br



PRODUZIDO NO
POLO INDUSTRIAL
DE MANAUS

CONHEÇA A AMAZÔNIA





MARCELO PEREIRA

Economista e Secretário Parlamentar

ZONA FRANCA DE MANAUS E O NOVO PARADIGMA 59 ANOS DE UM PROJETO AMAZÔNICO E O DESAFIO DE CONSTRUIR O FUTURO

Compreender a Zona Franca de Manaus (ZFM) exige olhar para muito além de 1967. A história que moldou o Amazonas — social, econômica e territorialmente — começa ainda em 1850, quando a então Província foi criada em meio a dúvidas profundas sobre sua viabilidade econômica. À época, não havia clareza sobre a capacidade de arrecadação local, e a economia regional era medida quase exclusivamente pelo movimento das canoas nos rios.

Foi um evento global que alterou esse destino: a economia da borracha. O avanço tecnológico e a demanda internacional transformaram a Amazônia em centro estratégico para a produção de um insumo essencial às tecnologias de ponta do início do século XX. Manaus tornou-se vitrine de modernidade e pelo fluxo de capitais internacionais foi inaugurado um período de prosperidade sem precedentes.

No entanto, o ciclo da borracha não se converteu em estratégia de desenvolvimento de longo prazo. A partir de 1912, com a produção asiática em larga escala, o colapso foi inevitável. Entre 1910 e 1913, a produção caiu cerca de 7%, mas a arrecadação despencou mais de 62%. O apogeu terminava, deixando como legado uma infraestrutura urbana moderna, porém uma economia fragilizada.

Durante mais de três décadas, tentativas de reativar a dinâmica econômica não surtiram efeito. Mais uma vez, um evento global recolocou a Amazônia no centro das atenções: a Segunda Guerra Mundial. Com o bloqueio japonês aos seringais asiáticos, os Acordos de Washington, celebrado entre o, governos Vargas (Brasil) e Roosevelt (EUA), reativaram a produção amazônica de borracha, cabendo ao Brasil garantir o abastecimento da indústria americana e aos EUA, em contrapartida, o financiamento do parque siderúrgico

brasileiro (nascia a CSN e a Vale do Rio Doce).

Esse movimento resultou no Art. 199 da Constituição de 1946, definindo que parte da arrecadação federal fosse destinada a um plano de valorização econômica da Amazônia. Nasceram, assim, a SPVEA (1953), o projeto do Porto Franco de Manaus (1957, primeira versão da Zona Franca) e, posteriormente, a SUDAM (1966, que substituiu a SPVEA). Em 1967, o antigo porto franco transformou-se na Zona Franca de Manaus — voltada a dinamizar o comércio, a indústria e os empreendimentos agropecuários —, agora com um novo instrumento de atração de investimentos: a política extrafiscal, baseada em incentivos ao Imposto de Importação (II) e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a serem acompanhados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA.

Ao longo de mais de um século — de 1850 a 1967 —, a Amazônia foi moldada por políticas de incentivo. Da borracha à Zona Franca, não foi a fiscalidade tradicional que guiou o desenvolvimento, mas sim a extrafiscalidade como ferramenta de integração nacional e dinamização econômica.

A construção de um modelo regionalizado

Após 1967, a ZFM consolidou-se como projeto de desenvolvimento regional. Os Decretos-Lei nº 356/1968 e nº 1.435/1975 estenderam seus benefícios à Amazônia Ocidental, buscando irradiar os efeitos econômicos de Manaus para o interior.

Em 1988, a Constituição Federal recepcionou o Decreto-Lei nº 288/1967 no artigo 40 do

ADCT, garantindo sua vigência por mais 25 anos. Paralelamente, foram criadas as Áreas de Livre Comércio (ALCs), por meio de Leis Específicas, com o objetivo de dinamizar a economia das cidades-gêmeas de fronteira e fortalecer a soberania nacional. Ao todo, foram instituídas ALCs no Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre e Amapá.

Em 2014, a Emenda Constitucional nº 83 prorrogou a ZFM até 2073 (Art. 92-A do ADCT). Essa prorrogação reconheceu não apenas sua importância econômica, mas também seu papel estratégico na preservação ambiental. Ao concentrar população e atividades produtivas em Manaus, a ZFM reduziu a pressão humana sobre a floresta — um efeito não planejado, mas decisivo para a agenda ambiental contemporânea e para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil perante o mundo.

A reforma tributária e o novo paradigma

Chegamos a 2023 diante de mais uma transformação estrutural: a Reforma Tributária. A Emenda Constitucional nº 132 extinguirá gradativamente, a partir de 2029, o ICMS e o ISS, e em 2027, o PIS e a COFINS, substituindo-os pelo IBS e pela CBS, respectivamente, cuja arrecadação ocorrerá no destino, e não mais na origem.

Para o Amazonas, isso representa uma mudança profunda, pois a maior parte da produção do Polo Industrial de Manaus (PIM) é consumida fora do estado; portanto, a arrecadação tende a cair. Contudo, o texto constitucional prevê mecanismos de compensação, incluindo fundos garantidores e, especificamente para o Amazonas, dois fundos voltados à diversificação e interiorização do desenvolvimento, previstos nos §§ 2º e 6º do artigo 92-B do ADCT.

Esses instrumentos serão essenciais para atravessar o período de transição entre 2027 e 2073.

A função estratégica da SUFRAMA

Com a inclusão do Art. 327-A na Lei Complementar nº 214, que operacionaliza a Reforma Tributária, a SUFRAMA passa a exercer um papel ainda mais estratégico no desenvolvimento regional, assumindo a responsabilidade direta de acompanhar a renúncia fiscal e garantir que os incentivos cumpram sua finalidade econômica e social. A autarquia fortalece sua função de Estado, reforçando a centralidade da SUFRAMA na

promoção de um modelo de desenvolvimento baseado em PD&I, na aprovação qualificada de projetos industriais e na gestão estratégica das Áreas de Livre Comércio, assegurando que cada benefício concedido se traduza em dinamismo econômico, competitividade regional e fortalecimento das cadeias produtivas da Amazônia.

A SUFRAMA consolida-se como guardião da integridade do modelo e como agente essencial na transição para uma economia amazônica mais diversificada, inovadora e sustentável.

O desafio dos próximos 48 anos

Ao celebrarmos os 59 anos da Zona Franca de Manaus, é inevitável refletir sobre o futuro. Restam 48 anos de vigência constitucional do modelo e os fundos previstos para dinamizar a economia do interior e da capital ainda não foram regulamentados, mas a reforma tributária já começa a ser implementada em 2026 (ano teste).

O Amazonas precisa, com urgência, redefinir sua estratégia de desenvolvimento, identificando vetores capazes de gerar dinamismo econômico tanto na capital quanto no interior. Entre eles:

- recursos florestais madeireiros e não madeireiros, com forte potencial para a bioeconomia e serviços ambientais;
- mineração racional, incluindo terras raras e minerais estratégicos;
- energia renovável, além do petróleo e gás;
- turismo, cultura e economia criativa;
- cadeias produtivas sustentáveis que valorizem a sociobiodiversidade.

Sem esse olhar estratégico, correremos o risco de repetir o hiato de 1912 a 1942 — décadas de busca por alternativas após o fim do ciclo da borracha.

Hora de agir

Planejar é essencial, mas já não basta. É preciso executar, transformar planos em políticas concretas que deixem marcas duradouras na capital e nos municípios do interior. A Zona Franca de Manaus foi, e continua sendo, um projeto de desenvolvimento pensado para a regionalidade. Seu passado demonstra que a Amazônia sempre respondeu quando o mundo a convocou.

Agora, porém, é a Amazônia que precisa convocar a si mesma. O futuro é promissor — e cabe a cada um de nós ajudar a construí-lo.

O preço da INTEGRAÇÃO

Roraima entra de vez na lógica tarifária nacional — e sente o impacto.

POR FRANCISCO GOMES

FOTOS: DIVULGAÇÃO / BANCO DE IMAGENS

Roraima começa a sentir, de forma concreta, os efeitos da integração ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Desde 25 de janeiro, a conta de energia elétrica está, em média, 24,13% mais cara, após reajuste autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O aumento atinge os 218 mil consumidores atendidos pela concessionária Roraima Energia e marca uma nova etapa para o estado: o fim do modelo isolado, sustentado por subsídios federais, e a entrada definitiva na lógica tarifária nacional.

O percentual varia conforme o perfil do consumidor. Para clientes de alta tensão (Grupo A), o reajuste chega a 28,93%. Já para residências e pequenos comércios (Grupo B), a alta média é de 22,90%. Os novos valores permanecem até o próximo ciclo tarifário anual e ainda podem variar conforme o sistema de bandeiras tarifárias.

O reajuste superou com folga a inflação oficial do período e provocou reação imediata da bancada federal.



Fim da Conta de Consumo de Combustíveis

A principal mudança não está apenas no percentual aplicado, mas no modelo de financiamento da energia no estado.

Até então, Roraima operava majoritariamente com geração termelétrica movida a diesel, um sistema caro e dependente de subsídios. Para evitar que o custo fosse integralmente repassado à população, o governo federal cobria a diferença por meio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), encargo rateado entre consumidores de todo o País.

Com a consolidação da integração ao SIN, o subsídio foi encerrado em 1º de janeiro. A partir daí, os custos de transmissão e geração passaram a compor integralmente a tarifa local.

“Mas o reajuste e o fim dos subsídios estão associados justamente ao fato de estarmos interligados. Esse reajuste remunera os serviços de transmissão e as geradoras que fazem parte do sistema. Para a população de baixa renda, isso pode significar um choque no orçamento”, afirma a economista e professora da Universidade Federal de Roraima, Ingrid Caldas.

Segundo ela, a integração trouxe ganhos estruturais, mas a transição exige adaptação.

“A principal vantagem da integração ao Sistema Interligado Nacional é a segurança no fornecimento. Antes, qualquer falha em uma usina ou falta de combustível podia provocar apagões em grande parte do estado. Agora há maior previsibilidade para o comércio, para a indústria e para quem quer investir”, acrescenta.

Impacto no consumo e na economia local

O aumento ocorre em um estado de renda média inferior à nacional e clima quente, que exige uso constante de equipamentos de refrigeração.

“Por causa do calor e da renda mais baixa, as famílias não conseguem reduzir muito o consumo. Mesmo com a conta mais cara, continuam pagando. Mas cortam gastos com alimentação, transporte e outras necessidades básicas”, diz Ingrid Caldas.

O impacto também atinge o setor produtivo. Em julho de 2025, durante período de instabilidade



no fornecimento, relatos colhidos pela revista PIM Amazônia já apontavam prejuízos.

“Muitas vezes passamos duas ou três horas sem energia. Na comunidade indígena Darôra, já ficamos até três dias no escuro. Quando falta luz à noite, é impossível dar aula”, relatou o professor Jecksivan Bento.

“Tanto o microempreendedor quanto o próprio empresário sofrem bastante. A primeira coisa que acontece é a queda da internet. Hoje, o mercado gira em torno de pix e cartão. A falta de energia afeta muito essa parte”, afirmou o empreendedor Marcus Almeida.

Debate político e compensações

A bancada federal reagiu ao reajuste. O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) apresentou o Projeto de Lei nº 170/2026, que prevê regime especial de compensação tarifária para Roraima pelos dez anos seguintes à integração.

“Muitas famílias já pagam contas altas. Agora, com este reajuste, pagar luz, água e comprar comida torna-se uma escolha impossível para quem ganha um salário mínimo”, afirmou o senador à Agência Senado.

O senador Dr. Hiran (Progressistas-RR) solicitou que o diretor-geral da Aneel preste

“A principal vantagem da integração ao Sistema Interligado Nacional é a segurança no fornecimento. Antes, qualquer falha em uma usina ou falta de combustível podia provocar apagões em grande parte do estado. Agora há maior previsibilidade para o comércio, para a indústria e para quem quer investir.”

INGRID CALDAS

Economista e Professora da Universidade Federal de Roraima



esclarecimentos no Senado.

“O reajuste anunciado penaliza famílias de baixa renda e impõe novos obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do nosso estado”, declarou.

Dependência ainda parcial

Apesar da integração, o estado ainda mantém parcela significativa da geração em usinas térmicas.

Segundo a Roraima Energia, o modelo adotado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) prevê que cerca de 55% da carga seja atendida pelo SIN e 45% permaneça sob geração térmica local, como medida de segurança.

Isso significa que Roraima já está conectado, mas ainda não totalmente dependente do sistema nacional.

Tarifas ainda abaixo da média?

Para o engenheiro elétrico Frederick Lins, mesmo após o reajuste, o estado deve continuar com tarifa média abaixo da nacional.

“Antes do reajuste, estávamos na faixa de 61 a 64 centavos por kWh, enquanto a média do país era de cerca de 78 centavos. Devemos permanecer abaixo da média nacional”, afirma.

Ele ressalta que os encargos que compõem a tarifa são definidos por lei federal, e não pela Aneel.

Um novo ambiente energético

A entrada definitiva de Roraima na lógica tarifária nacional representa uma mudança estrutural. O estado deixa de operar sob um

LINHÃO DE TUCURUÍ

Linha de transmissão energética que liga Roraima ao Sistema Interligado Nacional

Roraima operava majoritariamente com geração termelétrica movida a diesel, um sistema caro e dependente de subsídios. Para evitar que o custo fosse integralmente repassado à população, o governo federal cobria a diferença por meio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), encargo rateado entre consumidores de todo o País.



regime excepcional, sustentado por subsídios, e passa a seguir as mesmas regras aplicadas aos demais entes federativos.

Para a economia local, o novo cenário combina maior segurança no fornecimento com custos mais transparentes — e mais expostos às oscilações do setor elétrico brasileiro.

O desafio agora é equilibrar previsibilidade para investidores com capacidade de pagamento das famílias, em um estado que busca consolidar novos ciclos de crescimento.

CONTEÚDO EXTRA



SITE

Justiça Federal mantém reajuste de 24% na conta de energia em Roraima.



JORGE NASCIMENTO JÚNIOR

Presidente executivo da Eletros (Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos)

O FUTURO JÁ ESCOLHEU A AMAZÔNIA INDUSTRIAL

A economia global atravessa uma redefinição profunda. Cadeias produtivas são reorganizadas, tecnologias avançam em velocidade inédita e regiões capazes de combinar escala industrial, inovação e sustentabilidade passam a ocupar posições estratégicas. Nesse novo contexto, a Zona Franca de Manaus deixa de ser apenas um modelo consolidado para se afirmar como plataforma de futuro. A reforma tributária trouxe previsibilidade e segurança jurídica. Agora, o desafio não é apenas preservar conquistas, mas ampliar ambições.

Os números recentes mostram a força dessa trajetória. Em 2025, condicionadores de ar cresceram 16%, televisores avançaram 3% e bens de informática registraram expansão próxima de 10%. Mais do que resultados positivos, esses dados confirmam que o Polo Industrial de Manaus permanece como eixo estruturante do setor eletroeletrônico nacional, responsável por cerca de metade do faturamento e da geração de empregos da base industrial local.

O próximo ciclo exige elevar a complexidade tecnológica da produção. O Processo Produtivo Básico segue essencial para garantir densidade industrial, enquanto os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, que já somam bilhões de reais, precisam se converter em novos produtos, serviços e soluções tecnológicas concebidas a partir da própria Amazônia. Atrair institutos de ciência e tecnologia e transformar conhecimento em valor econômico será determinante para consolidar o capital intelectual que sustentará a próxima fase do Polo.

O mundo constrói novas matrizes econômicas e a Amazônia deve ocupar lugar de protagonismo nesse movimento. Bioeconomia, inovação tecnológica, data centers, inteligência artificial embarcada e economia digital representam vetores naturais de expansão. A Zona Franca reúne condições únicas para integrar essa agenda, conectando indústria avançada, sustentabilidade ambiental e inserção global. Investimentos estrangeiros e nacionais ampliam

sua presença na região, indicando que o Brasil voltou ao radar estratégico da indústria internacional.

Nesse cenário, o setor eletroeletrônico assume papel central. Mais do que uma base produtiva relevante, ele é a mola propulsora do futuro industrial. Os produtos que definem a nova economia são, em grande parte, eletrônicos, conectados e inteligentes. Representadas pela Eletros, as empresas do segmento têm compromisso real com o desenvolvimento econômico nacional, com a inovação tecnológica e com a preservação ambiental, demonstrando que é possível produzir tecnologia de ponta no coração da floresta com responsabilidade e visão estratégica.

É igualmente importante destacar que a Zona Franca de Manaus não beneficia apenas a região amazônica. Sua cadeia produtiva integra fornecedores, distribuidores e consumidores em todo o país, fortalecendo a indústria nacional, ampliando a geração de empregos e contribuindo para o equilíbrio do desenvolvimento econômico brasileiro. Trata-se de um ativo estratégico para o Brasil como um todo.

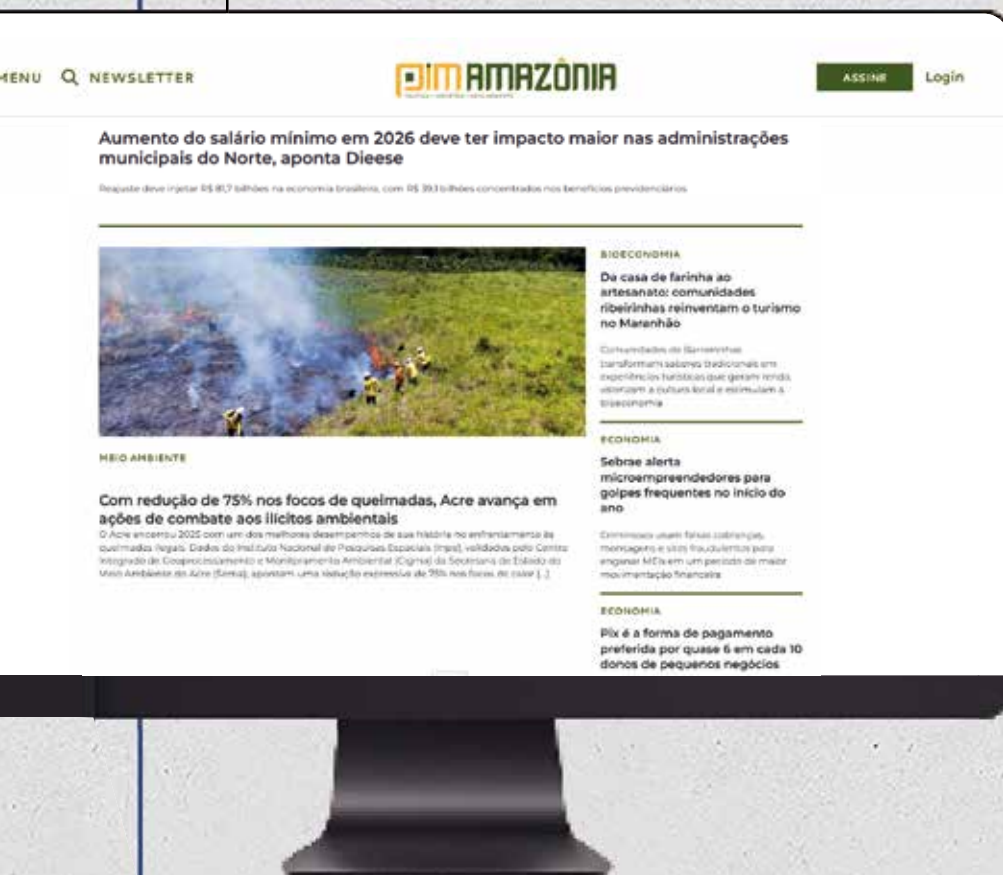
Neste momento simbólico, ficam os cumprimentos à SUFRAMA e à Zona Franca de Manaus por mais um ciclo de conquistas, bem como o reconhecimento aos 15 anos da revista PIM Amazônia, que se consolidou como espaço qualificado de reflexão sobre economia, política e desenvolvimento regional.

Criada em 1967, a SUFRAMA completa 59 anos em 2026, e a Zona Franca de Manaus se aproxima de seis décadas como o mais bem-sucedido modelo de desenvolvimento regional do país, reconhecido internacionalmente por sua contribuição econômica, social e ambiental. Mais do que um instrumento industrial, representa um projeto estratégico de desenvolvimento sustentável para a Amazônia e para o Brasil. O futuro industrial brasileiro passa por aqui. E a capacidade de transformar inovação em prosperidade coletiva será o verdadeiro legado desse modelo para as próximas gerações.

Acompanhe o Site da **PIM Amazônia**

**Mudanças movem a economia.
Há 15 anos a PIM vem evoluindo para levar
informação de qualidade a você.**

**REPORTAGENS
EXCLUSIVAS**



**ATUALIZAÇÕES
DIÁRIAS**



**Cadastre-se
e receba
nossas newsletters
gratuitas**

**Acompanhe nossas
redes sociais**



Tudo em um só Lugar!



- ⚡ Elétrica
- 📄 Tintas
- 🏠 Casa&UD
- 🌿 Mangueiras
- 🛡️ Proteção
- 🔧 Ferramentas
- ⚙️ Máquinas
- 🏗️ Construção
- 🔨 Marcenaria
- 🧹 Correias
- 🌀 Limpeza
- 🚢 Navegação

